

CARLOS DANIEL BAIOTO

**EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOLIDÁRIA:
PERSPECTIVAS E LIMITES**

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Dr^a. Marília Veríssimo Veronese

SÃO LEOPOLDO

2008

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos**

B152e Baioto, Carlos Daniel
Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites / por Carlos
Daniel Baioto. -- 2008.
100 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2008.

“Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Marília Veríssimo Veronese, Ciências Humanas”.

1. Educação cooperativa solidária. 2. Cooperativismo - Princípios - valores. I.Título.

CDU 334.6:37

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil- CRB 10/1184

CARLOS DANIEL BAIOTO

**EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOLIDÁRIA:
PERSPECTIVAS E LIMITES**

Dissertação apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Marília Veríssimo Veronese - UNISINOS

Dr. José Odelso Schneider

Dr^a. Maria Luisa Carvalho

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos seriam para muitos, pois reaprendi, através da proposta cooperativa, que “O problema não é ser pequeno, mas ser sozinho”. Partindo desta reflexão, posso afirmar que as dificuldades existiram e não foram poucas, mas em contrapartida, sempre surgiram pessoas para apoiar.

Primeiramente meu agradecimento Jaqueline, toda a minha gratidão, pois ela foi a primeira a motivar, sempre acreditando.

Com a professora e orientadora Marília, desenvolvi um novo sentido para a palavra “encantamento”, palavra que reflete o que foram suas aulas seu apoio e exemplo. Como orientadora sempre disposta a apoiar e motivar meu muito obrigado pela paciência para com os limites e dificuldades de seu orientando. É com muito orgulho que agradeço por tudo, todo apoio, amizade e disponibilidade.

Destaco a cordialidade e a amizade do Frank, presidente da FETRABALHO, pelo apoio e direcionamentos, bem como a mesma cordialidade e apoio do professor Donida, que me encaminhou para a pessoa que foi determinante para este momento e que, emocionadamente, chamo de amigo Odelso Schneider; não terei palavras para agradecer todo o apoio recebido deste último.

Também a Maristela, sempre com uma solução, um sorriso, um apoio. O Rogério, exemplo de determinação, ministrando grandes aulas, inclusive as seguiam nas mesas de bar!

Muito aprendi nos calorosos debates, e algumas piadas, regados a cafés, com o amigo Paolo, soma de genialidade com humor, cordialidade e humildade. Também as cervejas nos bares foram memoráveis; amigos como o Joni e o Alex “são amigos para se guardar do lado esquerdo do peito”; as quartas-feiras à noite no bar eram sagradas até o último ônibus; muitas gargalhadas e planos como a expectativa que este trio continue com a amizade que nos uniu. e talvez trabalharmos juntos em uma mesma universidade.

. Pessoas especiais que materializam a representação do ser solidário, que, com um sorriso cordial, o aperto de mãos, o sentar e o ouvir, nos fazem sentir orgulho de sermos humanos.

Com muito amor agradeço a Amanda Carolina, minha amada irmã, pela compreensão, das ausências nestes anos de trabalho e estudo. Igualmente meus pais, Antônio, pelo apoio e exemplo de determinação e Silvia, pela compreensão e apoio irrestrito.

Para os irmãos, que, de várias formas, apoiaram neste outro momento de aprimoramento: Rafael, amigo e irmão primeiro pelo apoio e exemplo de vida. Manrique e Allam, sempre algo para ensinar, somado a uma palavra de apoio e amizade. Por todos estes amigos que posso afirmar “pequeno sim; sozinho não”. Obrigado.

“Nada a temer, senão o correr da luta. Nada a fazer, senão esquecer o medo”.

Deus et labor

RESUMO

Este trabalho constitui um estudo de caso sobre a proposta de Educação Cooperativa Solidária desenvolvida pelo SESCOOP/RS e seus efeitos junto a um empreendimento cooperativo, no caso a UNIMED/RS. A análise desenvolve-se a partir dos cursos de formação do SESCOOP/RS, junto à referida cooperativa. Além disso, visa identificar, com base em elementos teóricos e empíricos, até que ponto a proposta de ação metodológica do SESCOOP em cursos de formação em cooperativismo, potencializa, entre os associados que passaram pelo curso, uma identificação com a proposta da cooperativa, no que se refere às suas práticas e valores; ou, se ao contrário, esta ação limita-se a uma efetividade econômica da cooperativa. Para tanto, são analisados os sentidos de legitimação da entidade SESCOOP a fim de identificar a relação entre a proposta prevista em contrapartida aos resultados obtidos. Os resultados apontam para um distanciamento entre a proposta de legitimação da entidade e o resultado de sua ação junto ao grupo estudado.

Palavras-chave: Educação Cooperativa Solidária, Cooperativismo, Princípios e Valores cooperativos, Efetividade socioeconômica, Identificação.

ABSTRACT

This work is based on a case study about the proposal of Solidary Cooperative Education developed by SESCOOP/RS and the effects of its application on a cooperative company, the UNIMED/RS. The analysis has as source the graduation courses that SESCOOP/RS has provided to the referred cooperative company. Its aim is to identify, with basis in theoretical and empirical elements, how much the SESCOOP method of cooperativeness education empowers the graduates for a better approach to the cooperative proposal, its practices and values, or if this action is restricted to an economic effectiveness of the cooperative company. With this objective I have conducted interviews in order to analyze the sense of legitimacy of the entity and its connection to the education proposal. The analysis has shown a far distance between the proposal of legitimacy and the results of its application among the group under study.

Key-words: Education, Solidary Cooperative Education, Cooperativeness, Cooperative Principles and Values, Social-economical effectiveness, Identification

LISTA DE SIGLAS

SESI - Serviço Social da Indústria.

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio.

SESC - Serviço Social do Comércio.

DPC - Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

SEST - Serviço Social de Transporte.

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

ACI - Aliança Cooperativa Internacional.

OCB - Organização das Cooperativas do Brasil.

OCERGS - Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul.

UNIMED - Cooperativa de trabalho médico no Brasil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	16
1.2 PROBLEMA	16
1.3 OBJETIVOS	17
1.3.1 Objetivo Geral.....	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
1.4 JUSTIFICATIVA.....	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 OS SENTIDOS DO TRABALHO COMO IDENTIDADE.....	28
2.2 OS SENTIDOS DO COOPERATIVISMO.....	31
2.2.1 Cooperação	33
2.2.2 O legado dos pioneiros de Rochdale.....	36
2.2.3 Os princípios e valores cooperativos	39
2.2.4 A dupla dimensão da gestão cooperativa	46
2.2.5 Antecedentes e identidade jurídica do cooperativismo brasileiro	53
2.2.5.1 <i>O Cooperativismo na Região Sul</i>	56
2.2.6 Eficiência cooperativa	59
2.3 EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOLIDÁRIA	62
2.3.1 Os sentidos da educação	62
2.3.2 A proposta de educação cooperativa	64
3 METODOLOGIA	69
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: COLETA DE DADOS E ANÁLISE DE DADOS	70

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	72
4.1 SOBRE O UNIVERSO DE PESQUISA	72
4.1.1 A cooperativa UNIMED	72
4.1.2 A entidade SESCOOP e a metodologia do Programa Educação Cooperativa	75
4.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	78
4.2.1 Considerações referentes aos questionamentos iniciais	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
6 REFERÊNCIAS	94
ANEXO	97

1 INTRODUÇÃO

Contra o que nos rebelamos agora? Eu me rebelo contra minha própria indiferença, contra a idéia de que o mundo é o que é e que não tem nada que eu possa fazer (Bono Vox).¹

Este trabalho apresenta inicialmente uma discussão sobre o sentido da contemporaneidade, com o intuito de contextualizar o objeto de estudo, ou seja, a educação cooperativa e o desenvolvimento do cooperativismo no século XXI.

Ao identificar ou propor uma representação do panorama contemporâneo, encontramos um sentido de sua auto-reflexividade. Sobre o assunto, Giddens (1999), sinaliza que esta é a única sociedade que tem a obsessão de pensar sobre si mesma e de constantemente interrogar-se. Já Santos (2000), considera a contemporaneidade como uma crise paradigmática, o resultado da tensão entre os ideais do discurso da modernidade e as conseqüências do seu modelo de desenvolvimento. Como reflexo, nos deparamos com um desconforto em legitimar o discurso moderno de desenvolvimento. Para Maffesoli (2006), esse processo seria decorrente de uma saturação dos modelos de legitimidade tipicamente modernos, da racionalidade instrumental, das metanarrativas.

Desenvolve-se, nessa perspectiva, uma análise mais crítica sobre a hegemonia do discurso de um evolucionismo determinista, sobretudo no que se refere à interpretação da construção do sujeito e suas múltiplas identidades. Assim, muda a própria concepção de desenvolvimento econômico, político, educacional e humano, bem como, em suas implicações na melhoria social.

¹ Líder da banda U2, em palestra para alunos da Universidade de Oxford– revista Veja 2001.

O paradigma da modernidade propôs um modelo de desenvolvimento cuja expressão mais bem “acabada”, segundo Santos (2000), foi a do Estado de Bem-Estar Social nos países centrais e o Estado desenvolvimentista nos países periféricos, a exemplo dos latino-americanos.

Demo (2002) questiona como podemos identificar o pretense desenvolvimento, se o acesso aos meios de produção continua restrito, a vulnerabilidade social permanece crescente, a democracia representativa não democratizou os meios de produção e nem garantiu melhores condições de trabalho ou distribuição do capital; tampouco garantiu o desenvolvimento de um sistema de educação de massa ou a escolarização que pudesse assegurar espaços de trabalho e empregabilidade à massa de população ativa que permanece à margem do mercado.

Sobre o tema, acrescenta Frigotto (1996, p.100) que:

Se o sistema educacional investir em uma determinada educação visando ao desenvolvimento de determinadas competências, aqueles que adquirirem essas competências terão emprego. Esta é uma ilusão brutal. Não negamos a importância da educação, que é crucial e fundamental, mas não por esse caminho formal... Isolada não tem o poder de transformar a realidade social cultural, política e econômica de uma sociedade marcada pelo estigma escravocrata e pela servil subordinação ao grande capital.

A educação formal nem mesmo representou uma alternativa contrária à cultura de submissão, como vemos em uma interpretação de Pierre Bourdieu (1975, p.18): “O sistema educacional é uma instituição que preenche duas funções estratégicas para a sociedade capitalista: a reprodução da cultura e a reprodução da estrutura de classes”.

Diante do exposto, verifica-se que a educação é matéria essencial na análise do cooperativismo. Na construção do sentido de valor do trabalho e sua representação para o trabalhador, identifica-se também a presença de paradigmas (como os referidos pelos autores, já citados, críticos da perspectiva do desenvolvimento nos parâmetros modernos), que permanecem apontando as limitações em relação às perspectivas do modelo do Estado de Bem-Estar Social (*welfare state*). Isso ocorre em função de que este modelo seria conquistado através

de mudanças no âmbito político, em que o desenvolvimento de governos mais democráticos e de novas tecnologias potencializaria melhorias na qualidade de vida e ampliariam os postos de trabalho; além disso, as leis trabalhistas representariam os pilares de sustentação das relações de trabalho.

No entanto, verifica-se que essas prerrogativas propostas pelo modelo de Estado não demonstraram condições de reverter o gigantismo estrutural do processo de degradação da sociedade assalariada nos últimos 30 anos, ou amenizar a concentração de renda, ampliando assim a vulnerabilidade social com base na filosofia e na prática neoliberal (CASTELLS, 1999).

Nessa mesma linha de pensamento Schilling (1999), corrobora ao dizer que:

Na teologia neoliberal, os homens não nascem iguais, nem tendem à igualdade [...] As políticas de justiça social tornaram-se inócuas, visto que novas desigualdades fatalmente ressurgirão. A desigualdade deve ser vista de uma maneira positiva como um estimulante que faz com que os mais talentosos desejem destacar-se e ascender, ajudando, dessa forma, o progresso geral da sociedade. Tornar igual os desiguais é contraproducente e conduz à estagnação (p.175).

Complementando ainda, Viola (2003) salienta que: “A aplicação das teorias liberais, acompanhadas da implantação de inovações tecnológicas no campo produtivo, não provocou o surto de desenvolvimento social esperado”(p. 28).

Nesse sentido, o questionamento seria de como podemos interpretar ou entender as perspectivas de desenvolvimento dentro dos limites das representações e promessas da modernidade.

Segundo Santos (2002), a ausência de respostas dentro do modelo de racionalidade determinista, do sentido de progresso da sociedade capitalista ocidental, nos dá claros sinais de saturação de sua suposta hegemonia, fazendo emergir assim um novo significado para interpretar as múltiplas formas de desenvolvimento, possibilitando maior visibilidade a outras propostas para os paradigmas contemporâneos.

Neste contexto, compreendemos que há a necessidade de uma ecologia dos saberes, onde a inter-relação das diferentes formas de saber amplia a credibilidade das múltiplas potencialidades de organização social, ou seja, as soluções para os dilemas da modernidade não são necessariamente modernas.

Historicamente são apresentadas várias experiências que se propunham a representar uma ação contrária ao modelo de desenvolvimento capitalista, mas que não frutificaram em mudanças nos padrões de produção e reprodução da mercantilização do trabalho e do trabalhador. Entretanto, supondo-se que desenvolvimento significa necessariamente mudança de padrão, de produção, de consumo, de cultura e de valores, pode-se considerar, a partir de Capra (1995, p.14) que: “Precisamos, pois, de um novo paradigma - uma mudança fundamental em nossos pensamentos, percepções e valores, transferência da concepção mecanicista para a holística”.

No que tange à questão do mundo do trabalho, os novos paradigmas e valores são identificados em formas mais sustentáveis de produção. As experiências associativas voltadas à economia solidária, às redes de colaboração, bem como a organização de trabalhadores em empreendimentos cooperativos têm demonstrado a potencialidade de formas denominadas “alternativas” ao modo de produção da racionalidade determinista. No entanto, o questionamento emergente referente a essas propostas relaciona-se à sua efetividade em representar um diferencial ao modelo capitalista de produção.

A proposta de organização cooperativa desenvolve-se em suas origens nesta perspectiva como uma outra racionalidade de re-significação do valor do trabalho frente à sua mercantilização através da democratização dos meios de produção. O cooperativismo, portanto, já, desde seu surgimento, representa uma contrapartida ao modelo capitalista de produção e relações de trabalho. Como diz Santos (2002), o paradigma da modernidade alia-se à racionalidade capitalista ao longo do século XIX.

Para Rodrigues (2002), o paradigma emergente no campo do cooperativismo consiste no fato de as primeiras experiências cooperativas, além de não superarem

o âmbito regional, historicamente têm-se limitado a abordagens socioeconômicas. Esta fase é considerada a primeira onda do cooperativismo, desenvolvida no século XIX, mas influenciando o sistema até a contemporaneidade. Entretanto, as necessidades com as quais nos deparamos na sociedade contemporânea superam questões regionais, sociais e econômicas, ganhando uma nova dimensão: a sustentabilidade.

A crise da sociedade assalariada é sistêmica, atuando tanto no âmbito do microrregional, como no macro, dentro de um sistema-mundo globalizado, gerando formas diferenciadas de organização e relações de trabalho, onde o sujeito se reinventa tanto como trabalhador empregado quanto desempregado.

Segundo Rodrigues (2002), a segunda onda de organização cooperativa (surgida no âmbito da crise neoliberal, crise da sociedade assalariada, que traz efeitos sociais perversos) soma-se à noção de Economia Solidária, trazendo uma abordagem que transcende questões regionais e socioeconômicas de desenvolvimento.

A análise sobre as necessidades da sociedade contemporânea e dos atores envolvidos no mundo do trabalho é ampla, visto que a base desta nova proposta cooperativa resgata um dos pilares do cooperativismo, considerado a “Regra de Ouro do Cooperativismo”: a Educação Cooperativa Solidária como base e pilar desta forma de organização (SCHNEIDER, 2005).

A proposta deste princípio básico visa a potencializar uma forma de mudança de paradigmas não apenas das instituições e sistemas políticos e econômicos, mas representando uma transformação na perspectiva da vida em sociedade, para além da cultura de massificação e mercantilização. A Educação Cooperativa Solidária visa a potencializar formas de construção de ações subjetivas de inter-relação entre os trabalhadores como forma possível e credível de organização de trabalho. Nesse sentido, representa foco principal dessa pesquisa.

1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A educação cooperativa solidária, suas perspectivas e limites enquanto ferramenta para potencialização das formas de construção e de ações subjetivas, de inter-relação, entre os trabalhadores e como forma possível e credível de organização de trabalho.

1.2 PROBLEMA

O crescimento de formas denominadas “alternativas” ao modelo de produção capitalista tem dado à organização de empreendimentos, nos moldes cooperativos, um grande destaque, tanto no sentido de ampliar sua ação como de adequação do seu formato original de sentidos de valores e princípios ao contexto em que se insere. Os desafios que esta prática enfrenta consistem em permanecer fiel à sua proposta, à identidade cooperativa, mesmo com toda a instrumentalização necessária à sua efetivação como empreendimento.

Questionam-se, neste sentido, os limites da proposta metodológica de educação cooperativa a partir do modelo pedagógico do SESCOOP. A indagação centra-se em avaliar se este contribui para o desenvolvimento de uma identidade cooperativa como um processo de socialização de cunho emancipatório ou limita-se à gestão operacional e repasse de treinamento, sem necessariamente comprometer-se com a construção de um ambiente de autogestionário democrático.

A indagação parte da necessidade de verificar até que ponto a metodologia de educação cooperativa do SESCOOP, junto à cooperativa identificada, contempla a dupla dimensão da efetividade de um empreendimento cooperativo, ou se limita-se apenas potencializar uma efetividade econômica junto a empreendimentos assistidos.

Sendo assim, a base empírica desta pesquisa refere-se ao modelo metodológico desenvolvido pela entidade responsável pela implementação da Educação Cooperativa Solidária no RS, através da entidade do SESCOOP/RS, identificando a efetividade dessa ação junto aos trabalhadores, no sentido de propiciar uma prática de trabalho voltada para os valores cooperativos.

Com efeito a esta explicitação, decorre naturalmente a questão central nessa investigação, qual seja:

- Há uma real identificação dos trabalhadores de empreendimentos cooperativos, que passaram pelo programa metodológico de Educação Cooperativa Solidária do SESCOOP, com os princípios e valores característicos do cooperativismo, a ponto de possibilitar um ambiente favorável à construção de uma identidade cooperativa no cotidiano de trabalho?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar até que ponto a metodologia de Educação Cooperativa do SESCOOP contempla a dupla dimensão da efetividade de um empreendimento que se propõe ser caracterizado como cooperativa, ou se, ao contrário, limita-se a potencializar uma efetividade econômica como o modelo de empresa capitalista.

1.3.2 Objetivos específicos

- Delimitar e conhecer a proposta educacional e metodológica do SESCOOP/RS e sua abrangência junto aos empreendimentos assistidos.
- Identificar até que ponto os princípios como autonomia, autogestão e solidariedade são apenas idealizados ou representam uma mudança de atitude junto aos trabalhadores envolvidos na cooperativa UNIMED.

- Verificar como se dá a apropriação, por parte dos trabalhadores, dos valores cooperativos da autogestão e como se configuram os processos de construção da identidade cooperativa, definidos como formas de socialização no âmbito do coletivo de trabalho.
- Delimitar a relação entre a dupla dimensão de eficiência econômica e social da UNIMED e dos sócios.

1.4 JUSTIFICATIVA

A justificativa que destaca a importância do tema se dá basicamente em duas perspectivas, quais sejam uma a da ótica puramente acadêmica, ou seja, a que trata-se da escolha de um tema a ser examinado, em virtude da influência tida nos vários anos e semestres de formação, tanto na graduação quanto em nível de dissertação de mestrado, em que muito se analisou sobre esta importante ferramenta de inserção social, quando legitimamente instituída, a saber, o cooperativismo; de outra perspectiva, se analisa em linhas gerais, e como pano de fundo, a importância do movimento cooperativo no Brasil, justificado pela ampliação do debate sobre a temática referente à sua forma de organização, portanto, de seu relevante caráter social, político e econômico.

Assim que, com a ampliação da proposta cooperativa, hoje se faz necessário identificar os reais caminhos trilhados pelo modelo de cooperativismo brasileiro, ou, mais especificamente, do Rio Grande do Sul (RS), sendo necessário identificar os paradoxos entre a idealização e o que é apresentado.

Desta forma, é preciso dizer também que o presente trabalho visa contribuir para o debate referente aos rumos do cooperativismo, no sentido de identificar aspectos de sua revitalização no cenário nacional das práticas cooperativas, seja para atender aos apelos econômicos, especialmente no que diz respeito à ampliação de forma de organização de trabalho, além das formas propostas pelo

modo capitalista, como sociais, sendo ao mesmo tempo posta em desafio a continuidade dos princípios que o caracterizam.

Desenvolve-se, neste sentido, o acompanhamento de uma cooperativa de representação nacional que representa este desenvolvimento do cooperativismo no País, com atuação local. A UNIMED Cooperativa de Saúde representa notoriamente o crescimento da proposta cooperativa, atuando dentro de um setor e categoria específica.

Compreendendo a dupla condição do cooperativismo como uma proposta de empreendimento que envolve um caráter emancipatório, sendo que insere-se ao lado da economia solidária das ONG's, fundações, associações diversas da sociedade civil, movimentos sociais que propõem outros sentidos de ética social. Ao mesmo tempo, é um empreendimento que necessita de espaço no mercado, pondo-se ao lado de empreendimentos com características capitalistas de produção. Dentro dessa perspectiva dual, Veiga (2001) destaca que:

As cooperativas, pela sua natureza democrática na condução das atividades, pela primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital, pela autonomia em relação ao Estado, são identificadas como portadoras de um ideal societário voltado ao bem comum e, enquanto tais, ganham respaldo nas concepções sobre economia social e paradigma da dádiva. No entanto necessitam permanecer na disputa de mercado (p. 10).

Essa ética emancipatória inserida na origem da proposta cooperativista coloca-se como resultado de uma globalização contra-hegemônica. Santos (2002) salienta que este modelo diferenciado seria pautado em:

conjunto de iniciativas, movimentos e organizações que, através de vínculos, redes de alianças locais/globais, lutam contra a globalização neoliberal, mobilizados pela aspiração de um mundo melhor, mais justo e pacífico que julgam possível e ao qual sentem ter direito (p. 15).

Compreendendo a dupla dimensão da proposta de organização cooperativa, ao mesmo tempo com objetivo econômico, e, por isto, relacionado ao mercado, e, por outro lado, seu viés social de cunho emancipatório, tem-se nesse sentido uma dupla proposta de treinamento e educação, sendo a primeira voltada para a parte de

gestão instrumental, e a segunda voltada para os sentidos de valores próprios do cooperativismo; bem como uma dupla significação de sua eficiência, necessitando esta ser tanto econômica, de sustentabilidade e retorno financeiro para os cooperados como social, voltado para os princípios cooperativos de um ambiente democrático e participativo.

Neste contexto, a cooperativa referida representa um exemplo de empreendimento cooperativo que aponta para uma efetividade econômica e que, por intermédio de parceria com o SESCOOP desenvolve cursos de formação voltados para a construção de uma efetividade social, bem como o desenvolvimento da doutrina cooperativa junto aos cooperados.

Assim que, a organização de cooperativas no Brasil tem representado uma área de destaque na economia do País, demonstrando sua vitalidade no sentido de simbolizar uma forma diferenciada de organização do trabalho. Entretanto, o aumento dos índices de cooperativas não representa necessariamente uma adesão dos trabalhadores, sócios da cooperativa, aos princípios e valores que norteiam o sentido de ser de um empreendimento denominado de cooperativa. Sendo que o registro social não garante que, neste empreendimento, se terá um ambiente voltado a potencializar as relações inerentes à proposta cooperativa. Nesse sentido, questiona-se o que essa organização representa, além de uma maior precarização dos direitos dos trabalhadores que participam destes empreendimentos e que, de forma voluntária, aceitam essa precariedade a fim de garantirem a possibilidade de trabalho e um espaço no mercado.

A emergência de uma cultura voltada à Educação Cooperativa Solidária potencializa a ação do cooperativismo como uma forma diferenciada de relação de trabalho. O SESCOOP como entidade representante desta ação, constitui o sistema de Educação Cooperativa do sistema OCB. Em sua origem propõe-se a desenvolver a perspectiva de uma educação cooperativa, a partir de sua entidade representativa, a OCB regional - no caso do RS, a OCERGS/RS -, entidade vinculada ao Estado, tendo como fundação o acompanhamento e o desenvolvimento do cooperativismo. O SESCOOP faz parte do sistema S, de serviços do Estado,

junto com o SEBRAE, SENAC, SESI, SESC, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

As prerrogativas de legitimação desta entidade referem-se a uma expectativa de construir canais de desenvolvimento integrados de Educação Cooperativa Solidária como possibilidade de um novo contrato social que transcenda a esfera do poder capital e político, além das verdades ideológicas de mercado. A possibilidade de superação dessas “verdades” remete à análise de Foucault (1990) sobre os sentidos de verdade, afirma:

A verdade não existe fora do poder ou sem poder, e cada sociedade tem seu regime da verdade, ou seja, meios de validar e fazer circular este ou aquele discurso como verdadeiro mecanismo para sancionar enunciados tidos como falsos ou verdadeiros, segundo os porta-vozes da verdade; identificamos assim que o problema político não deve ser pensado em termos de ciência e ideologia, mas de verdade e poder. A questão passa a ser a própria posse da verdade, e o que é preciso mudar é o regime político, econômico, institucional de produção da verdade (FOUCAULT, 1990, p.78).

Compreende-se que estas “verdades” são repassadas pela reprodução da cultura neoliberal e reproduzidas no âmbito da educação formal e na cultura do trabalho assalariado.

É importante salientar que a Educação Cooperativa Solidária identifica-se como um meio para mudanças de padrões e não como um fim em si mesmo ou treinamento e rapasse de conhecimento. Até porque, a educação é considerada um processo de diálogo pertinente e criativo.

Nas considerações de Schneider (2005), necessita-se de uma constante investigação sobre como se desenvolve a proposta de Educação Cooperativa Solidária e sobre quais racionalidades essa vem se pautando, bem como as racionalidades reproduzidas pelas instituições voltadas para esta proposta.

Contribuir para ampliar o debate referente à importância da Educação Cooperativa Solidária para a efetivação da proposta cooperativa no RS, bem como dar mais visibilidade à proposta pedagógica do SESCOOP (entidade representativa

de responsabilidade legal sobre a efetividade da Educação Cooperativa), é a base referencial da justificativa desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diz Edgar Morin (1984, p.76) que “Todos os humanos deste final de século XX vivem os mesmos problemas fundamentais de vida e morte e estão unidos na mesma comunidade de destino planetário”. A finitude geográfica e a vida de nosso planeta, a fragilidade de nossas individualidades, no contexto da competição e das transformações em curso, colocam limites e orientações à ação do homem. Cada vez mais, nossos espaços naturais e sociais de vida são interdependentes. A solidariedade e a cooperação se impõem mais como necessidades que como meras opções.

Com o objetivo de delimitar e compreender os sentidos do cooperativismo e sua relação com os sentidos do trabalho, faz-se relevante um apanhado histórico e etimológico acerca do mundo do trabalho, bem como suas várias significações, a fim de diferenciar os sentidos deste sob a ótica cooperativa.

De acordo com o significado do termo, trabalho pode significar tanto um sentido de dor, sofrimento e punição como uma forma de mudança de consciência através da atividade humana. No sentido de cultura, trabalho pode ser entendido como ação cultural objetiva, característica do homem. Do ponto de vista econômico, o trabalho é entendido como atividade através da qual este alcança os meios para satisfazer as suas necessidades. Qualquer designação ao termo sempre o revela como uma atividade de fundo social, determinado pela forma de organização produtiva e social (ARRUDA, 2001).

O conceito muda acompanhando as transformações sociais no modo de produção, mas é na sociedade ocidental capitalista que o conceito evolui com maior rapidez. A economia clássica e a economia política o tomaram como matriz do valor das mercadorias.

William Petty (1623-1687) e Adam Smith (1723-1790) sustentavam que: “o trabalho é fonte do valor, mas defendiam que o livre jogo das forças do mercado é que satisfaria as necessidades humanas, através da divisão do trabalho, que aumenta a produtividade individual e do automatismo dos preços” (CATTANI, 2003,pag 55).

David Ricardo (1772-1823) propôs a teoria do valor-trabalho. Segundo ele, o custo da produção determina o valor dos bens; “segundo sua teoria do salário natural, o salário se fixa no mínimo necessário à subsistência do trabalhador e de sua família. A teoria dos custos comparados propõe que cada país procura especializar-se nos produtos para os quais se encontra relativamente melhor dotado” (CATTANI 20036, pag 61).

Para Emile Durkheim, o trabalho seria a centralidade na vida das pessoas e grupos sociais. A sociedade e suas relações se organizam de acordo com a divisão do trabalho. O ser humano só se realizaria diante de situações onde tal divisão fosse bem resolvida, com normas claras, cada qual com suas tarefas, desenvolvendo uma solidariedade orgânica, com relações de trabalho no sentido de uma complementaridade; ao contrário de Marx, que via nessas relações a presença constante de antagonismo, de conflitos, e acreditava que, através do trabalho da classe trabalhadora, deveria levantar-se a revolução.

Os economistas chamados neoclássicos atacaram as diversas variantes da teoria do valor-trabalho, tais como Karl Menger (1840-1921), William Jevons (1835-1882) e Léon Walras (1834-1910). Eles definiram “o valor de uma mercadoria a partir da sua utilidade e reduziram o trabalho apenas a um dos fatores de produção” (CATTANI, 2003,pag 63).

A filosofia da práxis identifica o trabalho humano como interação contínua e cumulativa entre ação, emoção e reflexão; prática, desejo e teoria, transformação, aspiração e conhecimento do mundo e de si próprio. A partir da compreensão das transformações concretas no mundo do trabalho e da noção de práxis do trabalho, chegou-se ao conceito de economia da práxis, também chamada socioeconomia solidária (ARRUDA, 2001).

O fato histórico que marcou com maior impacto a evolução do conceito de trabalho foi sua transformação em mercadoria. A crítica ao sentido capitalista das relações sociais de produção, a alienação do trabalho através das mediações “coisificadoras” do trabalho assalariado da propriedade privada e da troca (CATTANI 2003) contém a análise marxista de que, por trás da alienação do trabalho, se desdobra a alienação do próprio *Homo*; uma alienação ontológica, que o fere tanto no plano objetivo quanto no subjetivo. A mercantilização do trabalho, obrigando o trabalhador a empregar-se para sobreviver, forçou-o a aceitar qualquer condição de trabalho e salário, permitindo ao capitalista a máxima liberdade na relação social de produção, tornado este processo mundial à medida que avança a globalização do capital.

Para Marx, o sentido do trabalho está como condição de existência do homem, independente da sociedade, sendo necessário enquanto mediação entre a natureza e o homem. Este sentido do trabalho criador Marx denomina como uma condição necessária para que o homem seja cada vez mais livre, sendo o trabalho entendido como um processo humano em cooperação; portanto o produto deste trabalho deve responder a algumas necessidades humanas, representando o que Marx denomina o valor de uso.

No pensamento marxista, é na organização capitalista que todos os produtos do trabalho passam pelo processo de mercantilização, sendo estes feitos não para serem consumidos diretamente, mas para serem vendidos no mercado (MARX, 1989).

Para Marx, o valor de troca é simplesmente o reflexo do valor de uma mercadoria, sendo que este valor representa o custo de produção de uma

mercadoria à sociedade. Pelo fato de que a força de trabalho é a força motriz da produção, esse custo só pode ser medido pela quantidade de trabalho que foi utilizada na produção da mercadoria. Assim, para encontrarmos a medida do valor referido, devemos abstrair o trabalho de sua forma concreta, sendo o valor de uso de um bem apenas porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato (MARX, 1989). Nas considerações de Schneider (2005), o autor refere que:

Nada é mais precioso que o humano. Ele é a fonte das outras riquezas, critérios e portador vivo de todo o valor [...] é por isso que defendemos que é preciso ser economista do humano, que é bom cultivá-lo, valorizá-lo, variá-lo e multiplicá-lo, e não esbanjá-lo, esquecê-lo. Deixá-lo morrer por falta de cuidados e de reconhecimento. [...] É necessário igualmente forjar instrumentos - conceitos, métodos, técnicas - que tornem cessível, mensurável, organizável, em suma, praticável o progresso em direção a uma economia do humano. (p.76)

O trabalho de cada indivíduo ou grupo de indivíduos é entendido como trabalho social, no sentido que ele contribui para as necessidades da sociedade. Sendo assim, cada sociedade necessita de meios para distribuir o trabalho social entre diferentes atividades produtivas. É neste sentido que o capitalismo se pauta ao não permitir que a sociedade que produz coletivamente possa decidir também coletivamente o quanto de seu trabalho será direcionado às diferentes tarefas.

Analisando os modos de produção pré-capitalistas, identificamos que o objetivo da atividade econômica era primeiramente a produção de valores de uso, e cada comunidade podia satisfazer a maior parte de suas necessidades a partir do trabalho de seus membros. A exploração e as classes existiam, mas a distribuição do trabalho era regulada coletivamente. O ponto principal não é o que é produzido, mas sim a divisão do produto social entre exploradores e explorados (MARX,1989).

Conforme afirma Marx (1989), no Capitalismo, os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho; as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro dessa troca. Em outras palavras, os trabalhadores privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. No sistema capitalista,

não há uma relação entre o trabalho realizado por um produtor particular e as necessidades da sociedade.

A alienação, segundo o marxismo, se dá a partir deste estranhamento entre o trabalhador e sua produção, resultando no “trabalho alienado”, daí destacando-se três aspectos desta alienação:

1. O trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como com algo alheio a ele, que o domina e lhe é adverso, e relaciona-se, da mesma forma, com os objetos naturais do mundo externo; o trabalhador é alienado às coisas;
2. A atividade do trabalhador também não está em seu domínio, ele a percebe como estranha a si próprio, assim como sua vida pessoal, sua energia espiritual e física, sentidas como atividades que não lhe pertencem; o trabalhador é alienado de si mesmo;
3. A vida genérica ou produtiva do ser humano torna-se apenas meio de vida para o trabalhador; portanto o trabalho não mais é sua atividade consciente, capaz de distingui-lo dos animais. (MARX, 1989).

Para Marx, o verdadeiro sentido do trabalho estaria na centralidade da vida das pessoas, sendo que, no sistema capitalista, o trabalho torna-se sinônimo de mercadoria voltada para a geração de lucro.

Privados da propriedade e do controle sobre a empresa, os trabalhadores não têm o direito elementar de participar da propriedade dos meios de produção e das decisões sobre o que e como produzir e como dividir os ganhos da produtividade. Não apenas para afirmarem-se como seres sociais, mas até para sobreviver fisicamente e garantir sua reprodução, estão escravizados à venda de suas únicas propriedades econômicas, sendo esses apenas a capacidade e o tempo de trabalho, que mercantilizam em troca de salário. Sendo que no contexto da mudança da globalização do capital, este agravou o abismo entre o capital e o trabalho.

É neste contexto que se colocam desafios que o sistema do capital não parece apto a responder, tais como: a necessidade de desmercantilizar a

capacidade produtiva e criativa do ser humano de criar novas formas de organização do trabalho, de desenvolver políticas de governo e leis que garantam a distribuição eqüitativa da renda; da riqueza e dos benefícios gerados pelo trabalho de toda a sociedade, de promover a partilha social do tempo liberado do trabalho, em vez da atual apropriação privada do sobretrabalho pelo capital.

Segundo Arruda (2001), a possibilidade de uma economia centrada no trabalho humano, e não no capital; uma economia voltada para os princípios da autogestão, na qual o trabalho se emancipe das cadeias do assalariamento e, da submissão implica na edificação de um projeto de construção de cada trabalhador e comunidades de trabalhadores como sujeitos conscientes e ativos de seu próprio desenvolvimento - gestores e proprietários dos empreendimentos em que trabalham.

O desafio seria a construção de um projeto que, ao mesmo tempo, fosse socioeconômico, político, cultural e ambiental, e cuja fonte de valor e de identidade fosse o trabalho, sendo este emancipador e cujo objetivo seria o de compartilhar o tempo disponível obtido com os ganhos da produtividade, de modo que sempre mais pessoas pudessem dedicar trabalho e energia ao desenvolvimento de suas capacidades, atributos e sentidos superiores e especificamente humanos.

Ao lado destes desafios, a proposta cooperativa propõe-se a promover políticas educacionais e campanhas pelo resgate dos princípios cooperativos e da autogestão, buscando tanto a garantia dos direitos dos trabalhadores, com mudanças culturais na organização do trabalho, como sua capacitação técnica e a autonomia de suas organizações. Nas considerações de Frantz (apud Schneider 2005):

No contexto da globalização, onde o trabalho, enquanto núcleo da estrutura social sofre grandes transformações tecnológicas e organizativas, o cooperativismo, enquanto prática econômica, aparece, novamente, a exemplo de outros períodos difíceis da história do trabalho, como importante instrumento de articulação e de (re)integração da população nas estruturas sociais das comunidades e, especialmente, no processo de produção, a favor de uma economia mais humana (p.73)

Para Marx, como já vimos, toda riqueza é fruto de trabalho humano; então, se o capital está concentrado, é porque alguns dos que participaram da sua criação

foram desapropriados dele. Redistribuir o capital e os produtos, ambos resultantes do trabalho, entre todos os que participam da sua criação significa socializar os meios de produzir os frutos da produção. Nisto se baseiam os princípios da autogestão e do cooperativismo em bases solidárias. Tal forma de organização implica uma nova elaboração e gestão dos bens produtivos, assim como a partilha eqüitativa das tarefas e responsabilidades entre aquelas pessoas e comunidades que trabalham. Descentralizando desta forma o poder, o saber, a riqueza, o que significa, portanto, a potencialidade de se repensar o viver em sociedade como destaca Maffesoli (2006), possibilitando novas formas de sociabilidade.

A partir da proposta cooperativa, o sentido de trabalho volta-se para uma re-significação do trabalhador em relação ao ambiente de trabalho; este passa a ter potencialidade de emancipação e reconhecimento de suas múltiplas capacidades, sendo a proposta cooperativa focada no trabalho não-mercantilizado, mas, sim, humanizado. A construção deste ambiente e destas relações se dá a partir da democratização da responsabilidade da gestão compartilhada. Como elo e sustentação destas prerrogativas, a Educação Cooperativa representa o foco principal do sentido de trabalho dentro de um empreendimento que se propõe a ser uma cooperativa, em toda a abrangência da representação do termo.

2.1 O SENTIDO DO TRABALHO COMO IDENTIDADE

De acordo com Hall (2003), a interpretação da identidade está relacionada à “interação entre o eu e a sociedade”, diz ele:

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seis significados e valores, tornado-os “parte de nós”, contribuindo para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura a sujeito à estrutura (p. 12)

O autor refere-se a esta reflexão a fim de questionar que, se considerarmos identidade como resultado de interação social e no sentido do trabalho que esta

interação situa a pessoa no mundo e na sociedade, ao mesmo tempo em que atende às suas necessidades e aspirações, produz e reproduz como personalidade. Então se faz necessário considerar que esta construção se realiza sempre num contexto sócio-histórico; portanto, só faz sentido discutir o trabalho e identidade de modo contextualizado.

Segundo a filosofia da práxis, a interação dialética entre a ação do homem sobre a sociedade e a ação desta ação sobre si própria representa o aspecto nuclear da questão do trabalho. Ele não é apenas uma questão objetiva, exterior ao homem, algo que ocorre apenas fora dele e que modifica o seu entorno; ao contrário, ele se origina no interior dele e se conclui também no interior dele, um processo objetivo e subjetivo ao mesmo tempo. (Fischer, 2003)

Para Arruda (2001), seria na procura de um sentido para sua existência que os seres humanos constroem sua identidade que, em um plano subjetivo, se inter-relaciona com a busca de uma forma de se organizar socialmente em um processo econômico. O objetivo desta inter-relação seria, segundo o autor, uma forma de interação dos seres humanos com o mundo e, ao mesmo tempo, suprir suas necessidades de sobrevivência.

O trabalho, neste sentido, atua como um processo de construção da identidade do sujeito trabalhador, de forma dialética constante, e com múltiplas possibilidades, com maior ou menor valor de autonomia, possibilitando ampliar as propostas de organização produtiva para além do formato capitalista, negando a subordinação de todas as relações sociais à lógica do capital. A partir da compreensão que o processo social é contraditório, a possibilidade do novo é sempre possível. Além da proposta de hegemonia dos valores capitalistas, identidade pode representar uma multiplicidade de sentidos do trabalhador e suas inter-relações.

Conforme Follmann (2001), identidade seria o conjunto, em processo, de traços resultantes da interação entre os sujeitos, diferenciando-se e considerados diferentes uns dos outros ou assemelhando-se e considerados semelhantes uns aos outros, e carregando em si as trajetórias vividas por estes sujeitos em nível

individual e coletivo e na interação entre os dois, os motivos pelos quais eles são movidos (as suas maneiras de agir, a intensidade da adesão e o senso estratégico de que são portadores) em função de seus diferentes projetos individuais e coletivos.

Para Fischer (2003), o sentido de identidade refere-se à proposta de projeto de dinâmica de inter-relação com o meio. Para a autora, a imagem de identidade voltada para um sentido estático seria negar que o ser humano é um ser em interação, envolvido dentro de complexas relações sociais. Neste sentido, ensina o autor:

Partimos da idéia corrente de projeto. A idéia de projeto reporta-se a uma dinâmica complexa em que estão implicadas várias dimensões que exigem nossa atenção. É através da “decomposição analítica” da idéia de projeto (objetivo ou proposta, justificativa, maneira de fazer, recursos) que chegamos a uma chave útil para a construção de um conceito operacional para pesquisas sociológicas. Também é referência importante nesta construção o fato de que os projetos normalmente constituem-se em uma trama complexa de competição, tendo em seus horizontes a gestão dos “bens limitados” e resultando assim, muitas vezes, de uma busca de respostas em termos de “contraprojetos” ou de alternativas aos projetos existentes. E outro nível, quando um ser humano é esvaziado de seu projeto e se encontra obrigado a viver segundo os projetos que não são os seus, ele perde sua identidade e fica reduzido a uma situação de alienação (FISCHER, 2003, p.241).

Nessa compreensão, avaliamos que o sentido de desenvolvimento de uma identidade necessita, para se desenvolver, de um ambiente próprio para este projeto, não podendo ser enquadrada, delimitada por estruturas autoritárias e, mais do que isso, exclui a uniformidade: só pode se desenvolver na diversidade (Fischer, 2003). Sendo seu contrário um sentido de alienação.

No sentido do trabalho nos moldes do seu significado para o cooperativismo, é identificado como uma proposta de autonomia que possibilite a construção de um ambiente propício para o projeto de uma identidade voltada para os princípios da cooperação, potencializando o que se propõem identificar como identidade cooperativa (SCHNEIDER, 2005); sendo este diferenciado do modelo de produção capitalista. Pela forma como a doutrina cooperativista pensou as cooperativas na forma como regem princípios para a gestão e organização das cooperativas estas visam potencializar a formação de identidades individuais autônomas, e o

entrelaçamento numa identidade coletiva. Partindo da compreensão que o sentido de identidade se dá a partir da construção da dualidade entre identidade social e individual, ou seja, a identidade coletiva, para ser mantida, necessita de espaços compostos inclusive de tensões entre as identidades. Sendo assim, considera-se que identidade cooperativa está relacionada à construção de espaços que propiciem pluralidade, e não a homogeneização, a singularidade de comportamentos, que, ao mesmo tempo, potencialize a identificação dos trabalhadores com os valores e princípios desta forma de organização coletiva.

2.2 OS SENTIDOS DO COOPERATIVISMO

Esta etapa do trabalho propõe-se a identificar, a partir de uma análise interdisciplinar, o sentido de cooperação humana e, ao mesmo tempo, construir, identificar a diferenciação proposta pela organização cooperativa de um empreendimento capitalista. Para tanto, há necessidade de tipificar o que vem a ser uma cooperativa. Identificamos inicialmente a relação do termo “cooperar” na construção dos sentidos do cooperativismo, para posteriormente identificar aspectos históricos doutrinários, sua relação com o sistema de mercado capitalista e as peculiaridades da gestão cooperativa, na sua dupla dimensão social e econômica; bem como suas representações jurídicas, como economia solidária, como ação educadora, e os diferenciais sobre o que vem a ser a efetividade de uma cooperativa. A intenção é identificar os bailadores, o que vem a ser uma cooperativa e suas singularidades.

O primeiro destaque que desenvolve-se sobre os sentidos e significados do cooperativismo refere-se ao sentido do termo “alternativo” no que se refere à representação sobre esta forma de organização. Trabalha-se na perspectiva de que os empreendimentos cooperativos constituem formas diferenciadas, e não relacionadas com “alternativas” a empreendimentos voltados ao modelo capitalista. Evita-se o termo por identificar que esta conotação remete a um sentido de valor, pois representar que haja algo de alternativo ao modo de produção capitalista legitima dois discursos: primeiro a aceitação e legitimação do discurso sobre a hegemonia hierárquica da racionalidade determinista sobre outras formas de organização social, além das preestabelecidas pela lógica da teologia neoliberal já

citada. De outro modo, um reducionismo sobre as propostas diferenciadas ao modelo capitalista de produção. Para Santos (2002), aceitar que haja um todo e que as partes não têm sentido próprio fora da sua relação com uma suposta hegemonia de um todo, representa o campo de percepção do que o autor denomina de razão metonímica; reitera o autor:

A razão metonímica é obcecada pela idéia de totalidade sob a forma de ordem. Não há compreensão nem ação que não seja referida a um todo, sendo que o todo tem primazia sobre cada uma das partes. Tendo apenas uma lógica que governa tanto o comportamento do todo como o de cada uma das partes [...] Na verdade, o todo é uma das partes transformada em termo de referência para as demais. É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contêm uma hierarquia (p. 242).

Santos considera que a partir dessa perspectiva, há a necessidade de se ampliar a compreensão do sentido de utilização do termo “alternativo”, como sendo algo que em si carrega um sentido de hierarquia de uma compreensão sobre a outra. Na proposta do autor, ampliar o entendimento do termo nos remete a substituir a monocultura do saber por uma compreensão da credibilidade das múltiplas formas de saber. Afirma que a noção de realidade é mais ampla, rica e complexa, que se configura além dos limites que a proposta da racionalidade determinista, característica do modelo da razão metonímica, determina como verdade. Sendo a amplitude deste termo já discutida anteriormente, compreendendo que a construção do termo “verdade” também pode se configurar a partir de uma construção social de legitimidade de um discurso sobre o outro. Sobre a matéria, cabe salientar:

Neste sentido, a sociologia das ausências visa a substituir a monocultura do saber [...] por uma ecologia de saberes. Esta ecologia de saberes permite não só superar a monocultura do saber [...] como a idéia de que os saberes [...] são alternativos. A idéia de alternativo pressupõe a idéia de normalidade, e esta, idéia de norma pelo que, sem mais especificações, a designação de algo como alternativo tem uma conotação latente de subalternidade (p. 251).

No que tange à proposta cooperativa de organização de trabalho em relação ao modelo capitalista, ambas necessitam construir suas formas de gestão, utilizando-se de uma racionalidade instrumental específica para seu desenvolvimento. O que ocorre no modo cooperativo de organização é que esta

necessita compreender os limites desta instrumentalização proposta para o seu desenvolvimento. Torna-se necessário, neste sentido, ampliar o debate referente aos desafios da proposta original do seu caráter emancipatório frente à adequação de sua ação, no que se refere às regras de mercado. Sendo assim, compreendo que o modelo cooperativo representa: primeiro, uma forma diferenciada de organização além da suposta hegemonia do modelo capitalista de produção e, ao mesmo tempo, um exemplo das múltiplas possibilidades de organização humana além da qualquer reducionismo, e assim legitimando a potencialidade de uma racionalidade voltada à cooperação em contrapartida à competição.

2.2.1 Cooperação

A construção semântica do termo “cooperativismo” se coloca diretamente relacionada ao sentido de cooperação e solidariedade; atuando em oposição ao sentido de competição, encontramos a relação do termo como uma conotação de ação em um sentido de movimento coletivo, sempre em oposição à perspectiva individual e individualista. Sobre o tema, Schneider (2005) destaca:

Se pudéssemos conceituar o Movimento Cooperativo em apenas uma palavra, diríamos **solidariedade**. Tal sentimento integra a personalidade humana, umas vezes mais, outras vezes menos. Sempre soubemos o significado de tal palavra, mas que a pratiquemos, já é um pouco mais complexo. (p. 35).

Analisada dentro da perspectiva do materialismo histórico, cooperação seria uma forma de trabalho em que os trabalhadores atuam conjuntamente em prol de uma produção que só pode ocorrer a partir de uma ação interligada entre vários setores de trabalho, ou seja, a base do processo produtivo seria o resultado de um esforço social comum. Este processo representaria a maximização do tempo individual através de uma ação de tempo de atuação cooperada, representando um menor esforço de cada um e, ao mesmo tempo, maior resultado de trabalho no todo. Marx (1989) identifica desta forma, que o aumento da capacidade de produção não é igual à elevação do trabalho individual ou simplesmente resultado da soma do trabalho isolado de cada trabalhador, mas sim o resultado de outra perspectiva de produção, sendo este resultado de um esforço social coletivo em cooperação.

Para o marxismo, cooperação ou esforço social coletivo estaria relacionado diretamente à vida em sociedade, sendo anterior ao modo de produção capitalista. No entanto, diferencia o sentido de cooperação dos sistemas de domínio da propriedade privada e uso comum dos meios de produção servil. Na compreensão marxista, é no capitalismo que a organização cooperativa identifica-se como força produtiva. Para Jesus e Tiriba (*apud* CATTANI 2003), comentando sobre a reflexão marxista destacam o que seria para Marx a cooperação a partir da lógica capitalista:

A cooperação capitalista não se manifesta como forma histórica especial da cooperação, mas a cooperação é que se manifesta como forma histórica peculiar do processo de produção capitalista, como forma histórica que o distingue especificamente. [...] Nesse mesmo horizonte, podemos verificar, ao longo do capitalismo, diferentes tecnologias de produção e de gestão da força de Trabalho que dão origem e pressupõem diferentes estilos de cooperação, que, grosso modo, verificam-se como “cooperação passiva” e “cooperação ativa”, em diversos níveis. Na primeira, o comando da “cooperação” dos assalariados encontra-se na gerência científica (organização Taylorista – fordista); na segunda, mesmo diminuídos os níveis de hierarquia e aumentado, os níveis de participação na gestão da empresa (organização toyotista), as ações dos trabalhadores permanecem sob o comando da “autoridade dos capitalistas como o poder de uma vontade alheia que subordina a um projeto próprio a ação dos assalariados aos objetivos do capital” (1989, p.51). (*apud* CATTANI 200, p50),

Para Marx, o poder de ação da força coletiva de trabalho seria uma forma de o trabalhador superar o isolamento de sua individualidade em prol de um objetivo comum. Nesta compreensão, a experiência de trabalho em cooperação pode ser representada tanto como ação como movimento. Neste contexto, Jesus e Tiriba (*apud* CATTANI 2003), analisam o primeiro caso como representação de um esforço coletivo em prol de um bem comum. Isto significaria uma predisposição em atuar junto com, de produzir com, o que representaria um sentido de valor, de perspectiva humana sobre o atuar no social. E no segundo caso, representaria em uma perspectiva histórica de sentido de vida em coletividade, onde o indivíduo se entendia como grupo, e não fora dele. Em ambos os casos, o questionamento que emerge seria qual o sentido do trabalho em cooperativa para o trabalhador dispor-se a atuar coletivamente em um empreendimento com estas características.

Schneider (2007) considera que realmente há questionamentos no que se refere à motivação para a adesão do trabalhador ao modelo cooperativo de gestão. O autor considera que:

Quando se diz que não visar ao lucro é uma das características da cooperativa, certamente não significa que ela seja uma entidade beneficente. As cooperativas buscam realizar funções econômicas, através de uma empresa, mas vinculadas ao social, pois buscam prestar serviços que visem satisfazer necessidades das pessoas (necessidades de alimentação, habitação, trabalho e renda, saúde, lazer, vida digna, etc.). Na filosofia de sua organização, almeja-se afirmar a primazia do fator trabalho sobre o capital, reconhecendo, porém, no capital, um meio importante para o desenvolvimento e a consolidação das cooperativas na sua dimensão empresarial. Entendem os autênticos cooperativistas que a consolidação de suas entidades é fundamental para poderem prestar cada vez mais e melhores serviços a seus associados, satisfazendo as suas necessidades, colaborando na construção de uma vida digna e na afirmação de uma cidadania ativa e participante, que atue como protagonista no desenvolvimento local e sustentável. Em tudo isso, o capital não é um fim em si, mas um meio, um instrumento, embora importante, porém subordinado aos interesses e às necessidades do trabalho associado, para realizar os diversos objetivos político-sociais das cooperativas (SCHNEIDER, 2007, p.15).

Para Jesus e Tiriba (*apud* CATTANI 2003), a resposta poderia ser a conjugação de duas condições: a de interesse individual somado a interesses coletivos comuns. Ou seja, a adesão do trabalho em cooperativa seria no sentido de suprir uma necessidade pessoal, sendo que atuar de forma coletiva estrategicamente favorece tanto o indivíduo como o coletivo.

Outra perspectiva que é destacada por Jesus e Tiriba (*apud* Cattani 2003) refere-se à compreensão neoliberal, o “utilitarismo monetarista” destaca o “*homo economicus*” com base da vida, tanto privada como social, atuando de forma egoísta, sendo este fato inerente ao indivíduo. Esta avaliação nos remete novamente aos sentidos múltiplos de adesão do trabalhador a um sistema de trabalho cooperado. Os valores da solidariedade e cooperação podem ser compreendidos, nessa perspectiva, como estratégia de sobrevivência junto ao empreendimento (CATTANI, 2003).

Em outra compreensão, Demo (2002) afirma que tentar identificar apenas um sentido de motivação para a cooperação seria limitar a análise, já que o processo social não ocorre de forma linear e previsível. Nesta perspectiva, o autor desenvolve sua análise sobre as motivações acerca da cooperação e da solidariedade, utilizando-se de argumentos interdisciplinares, a fim de possibilitar perspectivas mais abrangentes. Em sua argumentação, utiliza-se da análise biológica a fim de embasar sua crítica à postura determinista de evolução. Sobre o tema, ensina o autor:

Na biologia, predomina a tradição muito marcada por Dawkins do “gene egoísta”, cuja tendência é a idéia do mutualismo com subproduto: mesmo quando as pessoas ajudam, o fazem motivadas por auto-interesse. Mas há outras pistas, sobretudo ligadas à seleção grupal, que indicam a possibilidade de evolução de comportamentos mais cooperativos. Sendo a conclusão principal a ser tirada de tantas polêmicas será que o fenômeno evolutivo não é linear: não pode ser reduzido a simples luta pela sobrevivência [...] Ao lado da cultura e da história, existe sempre o percurso evolucionário da espécie, condicionado substancialmente suas potencialidades. Tanto a história quanto o percurso evolucionário significam fenômenos dialéticos não-lineares, ambíguos e ambivalentes [...] A mutação corresponde à tentativa espontânea de novos comportamentos; a recombinação de pensamentos e estratégias complexos indicam fonte de novidade na cultura. Os problemas evolucionários são, por outra, polimorfos, apontando para horizontes além da simetria. Por isso, a realidade não é feita de resultados predeterminados, nem o processo evolucionário, se começasse de novo, traria inevitavelmente os mesmos resultados conhecidos. Muitos estilos de vida social são possíveis (DEMO, 2002, p.9).

Os sentidos da cooperação podem ser múltiplos, como destaca Demo; no entanto a forma como se expressam dentro do cooperativismo segue um conjunto de representações, de balizadores, que são representados através dos princípios e valores identificados na doutrina cooperativista, princípios estes que servem de referência para diferenciar um empreendimento cooperativo de um não-cooperativo, tanto na sua dimensão econômica como social. Partindo dos princípios dos pioneiros de Rochdale, analisamos em seguida a construção histórica dos princípios cooperativistas.

2.2.2 O legado dos pioneiros de Rochdale

O principal diferencial da proposta cooperativa reside no sentido de ser sua centralidade relacionada desde sua origem no trabalho, e não no capital, na posse coletiva dos meios de produção, na autogestão e nas relações democráticas dos cooperados. Suas origens podem ser encontradas no século XIX, “quando a proletarização do mundo do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário associativo e das primeiras cooperativas autogestonárias de produção”. (GAIGER, 1999).

Partindo de uma perspectiva histórica, avalia-se que a cooperação é uma das formas mais antigas que os homens encontraram para enfrentar situações e/ou

resolverem certos problemas. “Os babilônios conheceram organizações semelhantes às cooperativas modernas.” (OLIVEIRA, 1984). Já a cooperativa mais antiga, com algum registro documentado, parece ter sido iniciada em 1760, na Inglaterra, em Woolwich e Chatham (VEIGA, 2001), sendo seus produtos moinhos de cereais, em base cooperativa organizada, para que os produtores não pagassem os altos preços cobrados pelos moleiros da época; conhecidas como as “Colônias Cooperativas”, tentavam também comercializar seus produtos diretamente, diminuindo a ação dos intermediários. Porém, o primeiro registro que se tem de uma sociedade cooperativa data de 1844. Esse registro nos leva a Rochdale, uma pequena cidade do interior da Inglaterra (BOGO, 1999).

O que se entende por cooperativismo moderno teria surgido junto com a Revolução Industrial, como forma de amenizar os traumas econômicos e sociais que assolavam a classe trabalhadora da época. A industrialização, na sua primeira etapa, fez com que os artesãos e trabalhadores rurais migrassem para as grandes cidades, atraídos pelas fábricas, em busca de melhores condições de vida.

O aumento demográfico não acompanhava as ofertas de trabalho nas fábricas, e as sub-condições de vida e de trabalho, resultado da exploração da mão-de-obra abundante, fizeram emergir vários movimentos de contestação às conseqüências do modo de produção que se consolidava à custa da exploração da força de trabalho.

A proposta de organização cooperativa representava, neste contexto, uma forma diferenciada de organização de trabalho, sendo seus líderes conhecidos como os socialistas utópicos.

Na forma de empreendimento econômico, o cooperativismo, em suas primeiras tentativas, não obteve sucesso, sendo a sua melhor elaboração a que conhecemos por sendo a iniciativa dos 28 tecelões do bairro de Rochedale, em Manchester, Inglaterra, em 1844, quando esses tiveram a iniciativa de organizarem-se em associação e, posteriormente, como cooperativa (Schneider, 2007).

A forma de organização e de funcionamento defendidas pelos tecelões que criaram essa cooperativa a partir das idéias dos precursores passaram a constituir o modelo cooperativo adotado em todo mundo, além da base da forma de ser cooperativista. A ambição dos pioneiros ia além da organização de uma forma diferenciada de trabalho; os pioneiros aspiravam que a forma cooperativa representasse uma nova forma de sistema econômico e social. Diferenciando-se da forma de governo da época, na Inglaterra, a forma cooperativa previa, desde o início, uma gestão democrática em que todos os cooperados, inclusive mulheres, poderiam votar e ser votados. Segundo Schneider (2007), esses tecelões são considerados pioneiros, sendo que, o autor ilustra-se este entendimento nos seguintes termos:

Suas práticas, valores, princípios e normas elaborados através de seus estatutos, que foram o resultado de inúmeras reuniões, o primeiro criado em 1844, e o segundo em 1854, com a introdução de algumas reformas e especialmente a sua adaptação à nova Lei do "Industrial and Provident Societies Act", promulgada em 1852, que, após vários anos de proibição na Inglaterra, permitia, enfim, a criação de entidades associativas de caráter profissional e econômico. Este original conjunto de valores, princípios e normas presentes no estatuto da Cooperativa Pioneira foi copiado depois por todo o mundo. Estes homens tiveram a habilidade de expor suas idéias de maneira concreta e as integraram em um sistema com coerência interna, elaborando princípios ou bases essenciais para a organização e o funcionamento de sua cooperativa. Sua trajetória atravessou inicialmente sérios obstáculos tão bem descritos por aqueles que registraram e acompanharam mais de perto a história dos inícios desta iniciativa. No entanto, graças ao seu espírito cooperativo e a uma determinação própria de pioneiros, sua iniciativa é hoje considerada o berço do cooperativismo moderno (SCHNEIDER, 2007, p.19).

As bases do cooperativismo dos pioneiros representam para o cooperativismo um marco histórico, pois os estatutos, princípios, normas e estrutura organizacional passaram a ser os fundamentos da denominada Doutrina cooperativa. Sendo assim, as cooperativas existentes em vários setores em todo mundo seguem as bases dos princípios dos pioneiros. Segundo Bogo (2001, p. 56):

Os Pioneiros de Rochdale desenvolveram várias outras cooperativas, como de habitação e de produção de vários produtos, e abriram várias filiais da cooperativa de consumo. A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale mostrou enorme capacidade de adaptação às oportunidades e aos riscos da economia de mercado, e fez isso sem abrir mão dos princípios cooperativistas. Pelo contrário, foi exatamente a harmonização destes dois fatores que possibilitou seu crescimento, tornando-a um modelo das cooperativas futura.

A partir das experiências de trabalho coletivo, os pioneiros do cooperativismo encontraram mais do que uma forma de sobrevivência de suas famílias; eles construíram um marco dentro da organização dos trabalhadores. Demonstram que a forma de gestão capitalista não é a única forma possível de organização, que a capacidade humana de reinventar sua realidade é mais rica do que qualquer determinismo. No entanto, para que outros trabalhadores possam se organizar em empreendimento que pretenda se caracterizar como cooperativa, os pioneiros representaram suas experiências em um conjunto de princípios referidos na Doutrina cooperativa, expressa em um conjunto de princípios e valores que representou para eles o diferencial do modelo capitalista de produção.

2.2.3 Os princípios e valores cooperativos

Pela dupla dimensão que caracteriza a ação cooperativa (social e econômica), esta organização necessita se orientar por um conjunto de princípios e valores que servem para pautar a atividade cooperativa tanto no mercado como na sociedade. Estes balizadores orientam-se pela proposta dos pioneiros de Rochdale, sendo adequados ao contexto contemporâneo, definindo o empreendimento cooperativo e seus valores. De acordo com Schmidt (2003, p.63) citando a declaração da Identidade Cooperativa do Congresso da ACI em Manchester em 1995

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada [...] As cooperativas estão baseadas nos valores da auto-ajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Com base na tradição de seus fundadores, os membros da cooperativa acreditam nos valores éticos de honestidade, sinceridade, responsabilidade social e preocupação com os outros.

Para Schneider (2007), apesar desses valores e princípios serem analisados e atualizados de forma a adequar-se às contingências contemporâneas, a linha central, a essência da doutrina está baseada na integração, na cooperação e na participação mútuas, bem como gestão democrática; assim que, afirma o que segue:

Sendo tarefa da ACI tutelar os princípios cooperativos, muitos congressos foram realizados com o objetivo de estudá-los, bem como analisar sua aplicação na época. Por ocasião da realização do XV Congresso, realizado em Paris, em 1937, os princípios cooperativos foram modificados. Até então foram utilizados os princípios formulados pelos Pioneiros constantes em seu estatuto original². Posteriormente, em 1966, através da realização do XXIII Congresso, sediado em Viena, houve outra alteração³; e em setembro de 1995, por ocasião da realização do XXXIII Congresso, em Manchester, os princípios são modificados pela terceira vez, procurando adequar-se aos novos tempos e a uma realidade que já vive os complexos desafios do processo da globalização. (SCHNEIDER, 2007, p. 62)

Os princípios cooperativos, como já referimos, delimitam o que vem a ser um empreendimento cooperativo; estes servem, além de balizar os sentidos de ser cooperativa e cooperativo, como também diferencia um empreendimento cooperativo de um não-cooperativo. Atualmente estes referenciais do que vem a ser uma gestão interna de uma cooperativa são:

a) Adesão Livre: garante a liberdade das pessoas de serem cooperadas ou não, de entrarem e saírem da sociedade cooperativa, independente de sua raça, credo, posição social e política.

A ACI (NAMORADO, 1995) define esse princípio da seguinte forma: “A adesão a uma sociedade cooperativa deve ser voluntária e aberta a todas as pessoas que possam fazer uso dos seus serviços e aceitem as responsabilidades inerentes à sua função, sem discriminações sociais, políticas, raciais ou religiosas.” Este princípio é fundamental para que os vínculos entre os associados e desses para com a cooperativa e seus objetivos possam ser mais fortes que simples vínculos formais.

b) Controle Democrático pelos Sócios: quem deve participar do controle e da gestão das cooperativas são seus próprios associados. São executores e gestores

² Foram então reafirmados os princípios de livre adesão, gestão e controle cooperativo, distribuição das sobras na proporção das operações e pagamento de juros limitados ao capital. Estes então haviam sido considerados como “princípios primários”. Os demais: neutralidade política, racial e religiosa, a educação cooperativa e compras e vendas à vista foram considerados pelos congressistas como “princípios secundários”.

³ Em Viena, foram consagrados os seguintes princípios, e que estão presentes na mais recente formulação, aprovada em 1995, em Manchester: adesão livre e consciente, gestão e controle democrático, distribuição das sobras na proporção das operações, pagamento de juros limitados ao capital, educação cooperativa, integração e cooperação intercooperativa.

ao mesmo tempo. Segundo Tesch (1995) “homens e mulheres eleitos como representantes são responsáveis para com os sócios”.

Além disso, nas cooperativas de segundo e terceiro graus, a organização deve ser democrática, tendo as cooperativas singulares e as federações, em cada caso, igualdade de representatividade.

Para garantir esse princípio, cada cooperado tem direito a um voto, independente do número de quotas-parte do capital social que tiver subscrito. “Nas cooperativas de serviço e trabalho, o relacionamento se dá no mesmo nível pelo ato cooperativo, independente das quotas de cada cooperado.

Com o objetivo de garantir a participação de todos os associados na administração, ou seja, a gestão democrática nas cooperativas, suas estruturas internas administrativas são formadas por um conselho de administração e um conselho fiscal.

A assembléia geral é o órgão máximo, soberano em uma cooperativa. Pode ser ordinária, realizando-se, no mínimo, uma vez por ano, dentro dos três meses posteriores ao término do exercício social.

São apresentados e discutidos: a) a prestação de contas, havendo sua aprovação ou não; b) o destino das sobras ou perdas; c) as eleições de novos dirigentes e seus honorários; d) outros assuntos estabelecidos no edital de convocação.

Já a assembléia geral extraordinária é realizada sempre que necessário, para deliberar sobre assuntos de interesse da cooperativa. Pode ser convocada pelo presidente da cooperativa, pelos membros do conselho fiscal ou de administração, ou por 1/5 dos associados.

c) Participação Econômica dos Sócios: os sócios contribuem de forma eqüitativa e controlam democraticamente o capital.

A ACI (NAMORADO, 1995) coloca o seguinte a respeito desse princípio: “os excedentes ou aforros produzidos pelas operações de uma cooperativa, se os houver, pertencem aos sócios e devem ser distribuídos de tal maneira que se evite que um sócio obtenha ganhos à custa dos outros.”.

As sobras são destinadas: a fundos de reservas previstos na legislação vigente; a fundos especificamente criados pelos associados, conforme necessidade da cooperativa e da sua gestão; ao desenvolvimento da cooperativa; e aos sócios, na proporção de suas operações com a cooperativa. Essa destinação é decidida pelos associados, em assembléia geral ordinária, sendo a realização dessas prevista no estatuto da organização.

Os fundos obrigatórios por lei são o Fundo de Reserva (FR), ao qual se destina no mínimo 10% das sobras; e o Fundo de Assistência Técnica e Educação Social, que deve abranger no mínimo 5% das sobras. O segundo deve ser utilizado com vistas à capacitação, ao desenvolvimento e treinamento necessários, conforme já descrito anteriormente.

d) Autonomia e Independência: a cooperativa deve ter sempre a sua autonomia preservada. Seu controle deve ser sempre exercido pelos seus cooperados. Para Tesch (1995), as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controladas por seus membros.

As organizações cooperativistas podem agir em conjunto com outras organizações, privadas ou públicas, mas sempre mantendo a sua autonomia e o controle democrático.

e) Educação, Treinamento e Informação: todos os associados que fazem parte de uma cooperativa, diretores ou não, necessitam de educação e treinamento, a fim de contribuir para o desenvolvimento dela e para que possam realmente ser gestores, além de executores de tarefas. Para Schneider (2003), esta regra representa um dos principais princípios do que vem a ser uma autêntica cooperativa, destacando:

Embora princípios cooperativos sejam hierarquicamente iguais, o princípio de educação é conhecido como "regra de ouro", uma vez que sua existência e aplicação proporcionam o melhor entendimento dos demais princípios e valores cooperativos. É através da educação que se torna possível entender o conteúdo de tais princípios, elaborar estatutos, entender a lei das cooperativas, bem como os direitos e deveres dos sócios, e entender a sistemática do processo de funcionamento das cooperativas como instituição e empresa. O compromisso das cooperativas com a educação é muito antigo, pois, durante a trajetória da formação e vigência dos princípios, a educação sempre esteve presente no elenco dos princípios, e obteve mais ou menos prioridade. Na atualidade a Declaração da ACI deixa bem clara a sua importância para o movimento cooperativo. A idéia de educação é acompanhada por informação e capacitação aos sócios e é estendida aos empregados, jovens e líderes de opinião (SCHNEIDER, 2003, p. 69).

f) **Cooperação entre Cooperativas:** as cooperativas devem formar estruturas entre si, sejam em nível local, estadual, nacional e mundial. Essa intercooperação deve ser realizada de forma a atender os objetivos comuns de seus associados e fortalecer o sistema como um todo.

g) **Preocupação com a Comunidade:** o desenvolvimento das cooperativas deve ocorrer de forma a fomentar o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas. É o compromisso social, não apenas econômico.

Junto aos princípios, os valores cooperativos representam segundo Schneider (2005), centralidade do legado de Rochdale, e sobre isto refere que:

As normas ou métodos ou princípios têm um caráter mais flexível e devem poder adequar-se a cada nova situação histórica, a cada novo contexto econômico, social e cultural. Os próprios pioneiros assim o entenderam, pois, no curto período dos dez primeiros anos de existência da cooperativa de Rochdale, emendaram ou reformaram seus estatutos por duas vezes, ou seja, em 1845 e 1854, adequando-os a uma dinâmica histórico-social em rápida evolução. Mas sempre que o fizeram, mantiveram-se fiéis aos objetivos e valores fundamentais que se haviam proposto (p. 80).

Os valores cooperativos, segundo Schmidt (2003), representariam a base de sentido do movimento cooperativo a partir da intenção de seus fundadores; valores como auto-ajuda, democracia, igualdade, eqüidade e solidariedade, seria a centralidade da proposta de uma cooperativa.

De acordo com o documento promulgado pelo 29º Congresso da ACI, em 1988, destacado por Schneider (2005), os valores cooperativos seriam as idéias que motivaram os pioneiros à criação do movimento cooperativo, sendo estes valores fonte de inspiração para os princípios cooperativos. Schneider destaca e enumera quais seriam estes valores, a saber:

- 1- Valores de auto-ajuda, que compreendem a criatividade, o dinamismo, a responsabilidade, a independência e espírito do “faça você mesmo o que estiver ao seu alcance”.
- 2- Valores de ajuda mútua, como cooperação unidade, ação coletiva, solidariedade e paz.
- 3- Valores de interesse não-lucrativo, quais sejam da conservação de recursos, eliminação do lucro como força orientadora, responsabilidade social e não-exploração do trabalho alheio.
- 4- Valores democráticos, como os da igualdade, participação e eqüidade.
- 5- Valores do esforço voluntário, como os da fidelidade do poder criativo e do pluralismo.
- 6- Valores do universalismo que significam abertura e mente esclarecida, sensibilidade a uma visão de globalidade.
- 7- Valores educacionais que apreciam o desejo por mais conhecimento [...].
- 8- Valores de determinação no esforço e na busca de benefícios para os membros (SCHNEIDER, 2005, p. 77).

Schneider ainda destaca o risco de estes valores serem sufocados pela preocupação exclusiva com a efetividade econômica no crescimento das cooperativas. Tal situação representaria uma precarização das relações de trabalho, pois, em tais circunstâncias, corre-se o risco da redução da participação do cooperado, sublimando sua ação efetiva a empregado, reduzindo o real sentido da cooperativa a mero registro legal. Para o autor:

Embora os objetivos econômicos sejam importantes, eles não podem constituir o objeto último, mas, sim, são meios para viabilizar objetivos mais importantes, ou seja, uma vida melhor, mais segura e mais digna, a promoção dos direitos humanos e defesa da democracia e da solidariedade [...] (SCHNEIDER, 2005, p.78).

Nesta perspectiva, a educação cooperativa representa uma ferramenta importante, a fim de potencializar o aprofundamento necessário referente à construção de um ambiente adequado a uma real adesão aos princípios e valores cooperativos por parte dos cooperados. O questionamento seria se, ao contrário, empreendimentos que não apresentam estas características de princípios e valores

cooperativos, que delimitam sua ação basicamente a uma efetividade econômica, podem ser referidos como cooperativa.

A proposta do que vem a ser educação cooperativa refere-se a construir junto a estes trabalhadores uma forma diferenciada de sentido de trabalho, além do modelo capitalista, qual seja:

Como já vimos, através do quinto princípio cooperativo, nos é transmitida a grande necessidade de praticarmos entre os membros das cooperativas – e membros da comunidade – a educação, capacitação e informação cooperativa. A própria disposição hierárquica das expressões nos indicam, de maneira sutil, sua importância⁴. Para que seja possível praticar tais conceitos, é necessário que os conheçamos e os entendamos (SCHNEIDER, 2005, p.19).

Para Bogardus (*apud* Schneider, 2003), a Educação Cooperativa representa um método para efetivar a ação dos princípios e valores cooperativos; para o autor, esta forma de educação representaria o que denomina de “princípio de ação” ou “método de Rochdale”, que representaria os indicadores de uma cooperativa com base em seus princípios e valores.

O paradigma emergente sugere diferenciar e aprofundar o debate referente aos limites de educação cooperativa ou capacitação na construção de uma real identificação dos trabalhadores organizados junto aos empreendimentos cooperativos. Questionam-se as proximidades e diferenciações entre ambas, na construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de uma identidade cooperativa na dupla dimensão de efetividade (econômico e social) de um empreendimento que se propõe a se caracterizar como uma autêntica cooperativa. Cabe salientar ainda que, no dizer de Veiga (2001, p.56):

A simples definição e estabelecimento dos órgãos deliberativos de uma cooperativa não garantem que seu funcionamento, na prática, seja participativo e democrático. Outras ações e formas de organização e participação podem ser utilizadas para que a cooperativa seja efetivamente democrática e participativa. Uma cooperativa que quer mesmo ser uma organização coletiva de sucesso deve ter seu quadro de associados organizado via núcleos ou comissões.

⁴ Desde a existência do cooperativismo, a educação sempre esteve presente nos estatutos das cooperativas, demonstrando de forma histórica sua importância.

Os valores e princípios cooperativos necessitam ser considerados como uma das prioridades de um empreendimento que se propõe a ser caracterizado como cooperativa. Além da efetividade econômica e do registro legal, necessita desenvolver uma gestão voltada a conciliar e efetividade da dimensão econômica e social. Sendo neste sentido o investimento em educação cooperativa tão estratégico como o investimento em capacitação técnica.

2.2.4 A dupla dimensão da gestão cooperativa

O empreendimento cooperativo delimita-se por princípios e valores próprios, tendo, desde a sua formação, a intenção de diferenciar-se de empreendimentos voltados aos princípios e valores capitalistas. Entretanto, a motivação da proposta cooperativa surge como forma de os trabalhadores reverterem as carências do mercado capitalista em absorver a demanda de trabalhadores.

Nesta perspectiva, este empreendimento necessita ter uma viabilidade econômica, e, para tanto, a gestão cooperativa visa a articular a dimensão social e econômica, a fim de prestar um melhor serviço a seus cooperados. Para Schneider (2005), a gestão cooperativa caracteriza-se por suas peculiaridades em articular racionalidades inicialmente distintas. Para o autor, a dimensão econômica necessita de uma atenção constante e eficaz, tendo em vista que representa, assim como a função social da cooperativa, um fator de sobrevivência deste empreendimento.

Diferentemente da proposta de empreendimento capitalista, o capital na gestão cooperativa não tem função principal, não constituindo poder de decisão ou em supremacia ao sentido social de prestar serviço ao associado. Os associados, independente do valor monetário que tenha contribuído para a cooperativa, têm igual valor de voto. Nessa linha de raciocínio, o autor destaca:

Na cooperativa, os associados apóiam, em conjunto, através das quotas-partes, da capitalização de resultados ou outras formas, como fundos rotativos, os recursos necessários à empresa, o que faz com que todos sejam proprietários e investidores. Rompem-se, assim, o conflito e a oposição de interesse entre capital e trabalho, “o cooperativismo constitui a face humana da economia” (lema do congresso da Aliança Cooperativa

Internacional das Américas – ACI, realizado em Montevideu, em 1998. (SCHNEIDER, 2005, p.65).

Como a primazia da proposta cooperativa e o trabalho coletivo, conseqüentemente, os atos decisórios também necessitam ser coletivos, a fim de contemplar o princípio cooperativo de Controle Democrático pelos Sócios. Para Schmidt (2003), a democracia na gestão cooperativa tem suas peculiaridades; no entanto pode ser orientada através de coordenadores por setor de trabalho. Para os autores, a democracia cooperativa não representa inexistência de uma ordenação de gestão sobre as decisões administrativas de trabalho. Mesmo sendo as decisões tomadas a partir de voto da maioria ou representantes destes (delegados ou conselheiros), esta pode reproduzir a dinâmica do mercado em agilidade, pois, dentro da própria dinâmica cooperativa, há mecanismos de controle e de organização; sendo este compreendido como o estatuto da cooperativa, os autores destacam que:

A gestão cooperativa deverá caracterizar-se por uma ação coletiva, onde todos decidem o que e como fazer, mas respeitam a hierarquia de comando da organização na execução das tarefas. O trabalho coletivo, geralmente, contribui para mais segurança, mais estabilidade e maior rendimento. A excelência da associação em empresa cooperativa será obtida quando todos os associados a ela vinculados forem efetivamente ativos e souberem cooperar, no pleno uso de seus direitos e deveres. [...] a excelência da associação e da empresa cooperativa bem como pré-condição que todos os trabalhadores a ela vinculados, são associados, no pleno uso de seus direitos [...] A gestão da cooperativa de trabalho deverá caracterizar-se por uma ação coletiva, onde todos decidem o que e como fazer, mas respeitand o a hierarquia de comando na hora da execução das tarefas. O trabalho coletivo geralmente contribui para mais segurança, mais estabilidade e maior rendimento (SCHMIDT, 2003, p. 70).

Conciliar a racionalidade instrumental administrativa aos sentidos de princípios e valores cooperativos representa um dos desafios e paradigmas da gestão cooperativa, além do desafio de se manter como empreendimento econômico e, para tanto, estar sujeita à redução de custos, investimentos, manter-se competitiva ao mercado e ao mesmo tempo cumprir a função de prestadora de serviço às necessidades do cooperado.

A gestão dos empreendimentos cooperativos diferencia-se, além da racionalidade capitalista de mercado, também da forma de gestão associativa e da

gestão estatal, representando assim uma forma de gestão única e, por isto, necessita de uma formação de gestão e capacitação específica voltadas às características das peculiaridades deste empreendimento.

O Quadro abaixo tem como objetivo destacar as principais diferenciações deste modelo de organização em relação a outras formas de gestão.

QUADRO I AS CARACTERÍSTICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Estado Patrão	Cooperativa	Empresa Privada
O cidadão empregado do estado	O cooperado não se torna empregado. É autônomo, independente e dono.	O trabalhador é empregado capitalista.
Relações entre dirigentes e dirigidos com poderes desiguais.	Relações entre proprietários com poderes iguais.	Relações entre dirigentes e dirigidos com poderes desiguais.
Resultados canalizados ao fortalecimento do Estado e da burocracia.	Não tem fins lucrativos e beneficia todos os cooperados.	Lucro do capital pelo trabalho e remuneração por ele estipulada.
Forma de organização econômica em declínio acentuado.	Tendência contra o desemprego que o Estado e a empresa não resolvem.	Ser flexível e ágil para atender às necessidades do mercado.

Fonte: Queiroz (1996, p. 45).

Destaca-se que, tanto na gestão estatal como na privada, há o sentido de hierarquias de valores em relação ao trabalhador e ao gestor público ou privado, tendo este exclusividade das decisões. O sentido do trabalho se dá em direção a satisfazer as necessidades do gestor.

Na relação cooperativismo e sistema mercantil, o que se destaca é a diferenciação de sentido dado ao capital e ao lucro.

QUADRO II SOCIEDADE COOPERATIVA X SOCIEDADE MERCANTIL

Sociedade Cooperativa	Sociedade Mercantil
É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente.	É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente.
Mínimo de 20 pessoas.	Mínimo de uma pessoa.
Seu objetivo principal é a prestação de serviços aos seus associados.	Seu objetivo principal é o lucro.
Cada associado tem direito a um voto nas assembléias gerais. As associações entre cooperados se dão em cima de propostas.	Cada ação ou quota corresponde a um voto nas assembléias. Aqui as associações se dão majoritariamente entre os que detêm mais capital na empresa.
O controle é democrático.	O controle é financeiro.
As cotas não podem ser transferidas a terceiros.	As ações ou quotas podem ser transferidas a terceiros.
Afasta ou disciplina as ações dos intermediários. Os resultados retornam aos associados de forma proporcional às operações efetuadas com cooperativa.	São, muitas vezes, os próprios intermediários. Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações de cada um.
Aberta à participação de novos associados.	Pode limitar a quantidade de acionistas.
Defende preços justos.	Defende o maior preço possível.
Promove integração entre as cooperativas.	Promove concorrência entre as empresas.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é puramente econômico.
Nas assembléias gerais, o "quorum" é baseado no número de associados presentes.	Nas assembléias gerais, o "quorum" é baseado no capital presente.

Fonte: Veiga (2001, p. 77).

Na diferenciação entre a proposta cooperativa e a mercantil, o principal ponto fica em relação ao objetivo de cada uma, sendo a primeira existindo em função do cooperado, e este com total garantia de participação, sendo o capital somente um meio de suprir as necessidades deste. Já na proposta mercantil, o único sentido de existência refere-se à acumulação e multiplicação de capital, sendo as diretrizes do empreendimento limitadas exclusivamente neste sentido. Mesmo a cooperativa necessitando de viabilidade econômica, esta representa apenas um dos sentidos da cooperativa, mas não o único.

Quanto às diferentes formas de gestão da organização cooperativa e associativa, o que se destaca principalmente é a forma processo.

QUADRO III SOCIEDADE COOPERATIVA X ASSOCIAÇÕES

Critério	Associação	Cooperativa
Conceito	Sociedade de pessoas sem fins lucrativos.	Sociedade de pessoas com fins econômicos.
Constituição	Mínimo de duas pessoas.	Mínimo de 20 pessoas.
Finalidade	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses dos seus associados. Atuar no mercado. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Operações	Auxilia no processo de comercialização dos associados. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realizam operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal.
Responsabilidades	Os resultados das atividades da associação são de responsabilidade da diretoria, respaldada pelos associados.	Os resultados da cooperativa são de responsabilidade dos associados proporcional ao capital subscrito por cada um.
Recursos financeiros	As possíveis sobras das operações entre associados serão aplicadas na própria associação.	Após decisão em assembléia geral, as sobras podem ser divididas de acordo com o volume de negócios do associado. É obrigatória a destinação de parte das sobras para fundos previstos em lei.
Tributação	Deve fazer anualmente uma declaração de isenção de renda.	Não paga imposto de renda sobre suas operações com seus associados. Deve recolher o imposto de renda na fonte sobre operações com terceiros. Paga as taxas decorrentes das ações comerciais.

Fonte: Veiga (2001, pp. 78-80)

Tanto a associação como a cooperativa têm seu foco na melhoria de vida de seus associados, no investimento em melhoria da própria estrutura; no entanto a cooperativa, ao contrário da organização associativa, visa ao excedente junto com a função social, tem foco no retorno financeiro de seus membros, e não na sua manutenção.

A partir destas diferenciações, considera-se que conceber gestão cooperativa dissociada da gestão de uma educação cooperativa voltada aos princípios e valores

que norteiam a proposta compromete o sentido de ser cooperativa. Este paradigma nos remete a aprofundar alguns questionamentos já referidos sobre empreendimentos que se limitam a desenvolver a dimensão econômica da gestão. Um empreendimento nestes moldes, com alta efetividade econômica, onde seus membros estariam satisfeitos com os rendimentos recolhidos, representaria, mesmo assim, um exemplo como diferencial ao modelo capitalista de gestão do trabalho e assim ser caracterizado como cooperativismo?

A ampliação do número de empreendimentos registrados como cooperativas no Brasil representaria também a ampliação da proposta cooperativa de gestão?

Dar visibilidade a estas diferenciações e questionamentos proporciona um panorama dos objetivos de cada ação, podendo assim identificar iniciativas que contemplem os sentidos de ser de cada forma de gestão. Compreender os limites entre as diferentes formas de organização direciona nossa atenção para os riscos de confundir as racionalidades, os objetivos de existência entre as diferentes formas de organização.

Atuando na tensão entre a gestão cooperativa e a capitalista, cooperativas das mais variadas áreas têm-se aventurado nesta experiência de atuar em um mercado voltado a gestão focada no capital. O número de cooperativas no Brasil e, em especial, no RS, demonstra a dimensão desta forma de organização voltada ao trabalho. A partir de dados da OCERGS e da OCB no plano operacional, temos vários ramos de cooperativas registradas junto à entidade. Vejamos:

a) Agropecuário: cooperativa de produtores rurais que procuram aperfeiçoar os processos de produção e obter preços melhores de venda, eliminando o atravessador (NAMORADO, 1995). A idéia é que os próprios produtores possam vender seus produtos diretamente ao consumidor, sem a figura do intermediário, somando ao seu resultado as suas sobras, o lucro que seria do atravessador.

b) Crédito: são as cooperativas de crédito urbanas (crédito mútuo) ou rurais. Têm por objetivo realizar operações financeiras para seus associados, com custos

de tarifas menores, juros para empréstimos e fomentar outros empreendimentos cooperativistas.

c) Educacional: existem dois segmentos de cooperativas educacionais: aquelas formadas pelos pais que constroem o patrimônio físico da escola e administram todo o processo escolar. Segundo Veiga (2001, p. 48), “o objetivo é muito maior que a simples busca de redução de custos, que o ganho econômico. É a busca de uma formação educacional sociopolítica e ideológica.” Outras cooperativas educacionais são as cooperativas dos alunos das Escolas Agrotécnicas Federais, voltadas à difusão da prática e dos ideais cooperativistas.

d) Trabalho: são as cooperativas que agrupam diversos tipos de profissionais e, por ser o objetivo de estudo dessa pesquisa, serão mais detalhadas a seguir.

e) Produção: é o segmento formado pelas cooperativas em que os associados unem-se para adquirir os meios de produção e, a partir daí, fazem a execução e a gerência de todo o negócio.

f) Saúde: são as cooperativas formadas por médicos, odontólogos, psicólogos e atividades afins. Também podem ser constituídos pelos usuários desses serviços.

g) Consumo: formadas com o objetivo de permitir aos associados melhores condições na compra de alimentos, roupas, medicamentos e outros, para seu abastecimento.

h) Habitacional: são estruturadas para viabilizar a construção ou a aquisição de casas por parte de seus associados. Também podem funcionar com o objetivo de administrar condomínios, conjuntos habitacionais e outros.

i) Mineral: formadas pelos trabalhadores que realizam a extração, beneficiamento e venda de minérios.

j) Especial: são as cooperativas organizadas por menores de idade, portadores de deficiência, índios ou outros grupos que necessitam de tutela. Seu objeto é o desenvolvimento e uma maior integração social de seus associados.

Quanto aos seus processos de integração e de formação de redes as cooperativas podem ser diferenciadas como

a) Singulares: são aquelas constituídas por pessoas físicas ou jurídicas.

b) Centrais e Federações: são constituídas de, pelo menos, três cooperativas singulares.

c) Confederações: são constituídas de, pelo menos, três centrais ou federações. Dessa forma é que as cooperativas se estruturam, sendo estas organizadas e representadas internacionalmente, pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

2.2.5 Antecedentes e identidade jurídica do cooperativismo brasileiro

Contextualizar histórica e juridicamente o cooperativismo tem como objetivo dar visibilidade à complexidade deste sistema de organização de trabalho, bem como suas peculiaridades jurídicas dentro da dimensão social.

A organização dos empreendimentos cooperativos diferencia-se dos não-cooperativos principalmente no sentido atribuído ao trabalhador e ao seu trabalho sendo este o sentido de existência do empreendimento e tendo como base, um conjunto de princípios denominados princípios cooperativos. O que pretendo desenvolver nesta parte refere-se à construção jurídico-histórica do cooperativismo no Brasil e no RS.

Para fazer a apresentação jurídica do cooperativismo, recorro a um conjunto de pesquisas reunidas na obra “Cenários e Tendências do Cooperativismo Brasileiro” (2000), onde identificamos o histórico da formação jurídica das cooperativas no Brasil. Posteriormente, destacamos o cooperativismo no RS, e o que representa esta forma de organização no cenário nacional quando relacionado às problemáticas desta forma de organização e à influência da imigração quando da implementação dos princípios cooperativos.

As primeiras experiências do cooperativismo brasileiro remontam ao final do século XIX, com a criação, na cidade de Limeira em 1891 (SP), da cooperativa de consumo de Camaragibe. A partir de 1902, surgem as primeiras experiências das caixas rurais do modelo Raiffeisen no Rio Grande do Sul, e, em 1907, são criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais (OCB,1996). Mas, já em 1892 se havia criado em Nova Venécia, atual Município de Antonio Prado, a primeira cooperativa agropecuária, sob a liderança de Vicente Monteggia.

A prática cooperativa surgiu de forma legal no Brasil a partir de 1932, motivada por dois pontos principais: a) o estímulo do poder público ao cooperativismo, identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas; b) promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação. (PINHO, 1982).

O cooperativismo brasileiro é amparado pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que também instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Nela encontramos as principais definições, características e regras sobre estatuto.

Define também que uma organização cooperativa seja representada, formalmente, pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em nível nacional, e pela Organização Estadual de Cooperativas (OCE), em nível de cada Unidade da Federação.

A Lei nº 5.764/71 está estruturada em 117 artigos contidos nos dezoito capítulos. O artigo 4º do capítulo II da referida Lei define as cooperativas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados [...]”. E o Artigo 79 do Capítulo XII define os atos cooperativos como sendo “os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aqueles e pelas cooperativas entre si, quando associados, para a consecução dos objetivos sociais”.⁵

⁵ Pela natureza civil, as cooperativas são regidas também pelo Código Civil – Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que passou a vigorar a partir de 11 de janeiro de 2003.

Tanto a Lei específica sobre o cooperativismo de 1971 quanto à criação da OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), em 1969, ainda que tenham permitido maior definição das especificidades das cooperativas no Brasil, representam influência do Estado no funcionamento destas organizações. Há de se salientar, neste sentido, que o panorama político institucional do momento era de ditadura militar.

Outro aspecto legal a ser destacado está relacionado à criação da Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999, que criou e normalizou as cooperativas especiais, as cooperativas sociais, as quais são destinadas a auxiliar pessoas em “situação de desvantagem” a se inserirem no mercado.⁶

A partir da aprovação da Constituição de 1988, quando a prática cooperativa se desvincula do Estado, vários projetos de lei passam a tramitar pelo Congresso Nacional com o propósito de alterar a Lei nº 5.764/71.⁷ Pretende-se, com isso, ampliar as margens de ação diante de um mercado globalizado e diminuir as “brechas legais”, de forma a inibir práticas fraudulentas das chamadas “cooperativas de fachada” (PINHO, 1982).

A legislação cooperativa vem sendo modificada no mundo inteiro como forma de atender às novas expectativas econômico-produtivas, de modo a permitir maior flexibilidade do movimento frente às novas conjunturas de mercado. No caso brasileiro, os esforços de revitalização das práticas cooperativas se inscreveram dentro de um movimento mais amplo de modernização das atividades e de ampliação da democracia, e ganhou conseqüência nas discussões sobre economia solidária/terceiro setor.

Esse modelo de modernização foi acusado de favorecer médios e grandes agricultores voltados à cultura de exportação, em detrimento de uma agricultura de

⁶ Os deficientes psíquicos e mentais, os dependentes químicos, os egressos das prisões, os condenados a penas alternativas à detenção e os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social e afetivo.

⁷ Art 5º, inciso XVIII do texto constitucional: “A criação e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.” Apesar disso, o poder público ainda assegura um programa de apoio às associações, e mais particularmente às cooperativas, através do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MA).

subsistência desenvolvida pela agricultura de base familiar (SCHNEIDER, 2005). O modelo adotado no Brasil, à semelhança de outras experiências na América Latina, utilizou o cooperativismo como instrumento de controle social e político. Diferentemente da Europa, onde o cooperativismo surge como uma forma de organização proletária, no Brasil, ao contrário, representa a promoção das elites políticas e agrárias.

Mesmo tendo um caráter conservador, no que concerne à implementação do cooperativismo brasileiro, não se pode falar de um cooperativismo único no País. Como destaca Schneider (2005), a distribuição desigual da presença e do peso econômico do cooperativismo expressa a “dinâmica do modelo de acumulação de capital vigente no País, cuja característica fundamental é o desenvolvimento desigual da sociedade brasileira”. É como exemplifica Singer (2002, p. 55), neste sentido:

Existe um cooperativismo de elites e um cooperativismo dos pés-no-chão; um cooperativismo legalizado, letrado, financiado e um cooperativismo “informal”, “sem lei e sem documento”, não financiado e mesmo reprimido. O cooperativismo não está, pois, “imune” à divisão da sociedade das classes.

A diferença regional do cooperativismo brasileiro foi motivada, dentre outros fatores, pela forte influência de imigrantes – alemães italianos e japoneses – instalados nas regiões Sul e Sudeste, muitos dos quais já traziam algumas experiências no campo do associativismo, servindo de base para a estruturação do cooperativismo em bases competitivas.

2.2.5.1 O Cooperativismo na Região Sul

O Brasil se caracteriza por uma vasta extensão territorial, estando subdividido em cinco regiões, que apresentam perfis diferenciados no que diz respeito ao processo histórico de organização e estruturação do cooperativismo.

No Brasil, em especial na Região Sul, a ação associativa qualificada tem seus fundamentos nas práticas da comunidade indígena (mutirão), na ação dos jesuítas e no seu “projeto civilizatório” (1610), no princípio das denominadas missões ou reduções jesuíticas (BAIOTO, 1997).

Na Região Sul, desenha-se uma configuração social fragmentada e imensamente diversificada; seja pela emergência de grupos demandantes de múltiplos interesses e de múltiplas identidades, seja pela diferenciação que se apresenta nas normas de organização do processo produtivo (pequena propriedade), no agir político e no comportamento da sociedade civil isolada e não-participativa, porque estrangeira e/ou minoritária (OLIVEIRA, 1984).

Ainda segundo Oliveira (1984), nas primeiras três décadas do cooperativismo do século XX, os imigrantes exerceram um papel de destaque, porque tiveram a capacidade de desenvolver suas próprias soluções para questões de fundo; tal fato, marca o cooperativismo de forma singular, porque o associativismo se evidencia como alternativa concreta para evitar a dissociação crescente da vida cotidiana (universo instrumental da economia) dos valores e sentidos que pautavam o comportamento das pessoas (universo simbólico das culturas) e, o vazio sócio-político das áreas/regiões de colonização.

Neste período, o cooperativismo traduz ações estratégicas individuais e coletivas cuja meta não é criar uma outra ordem social, mas acelerar as mudanças, o movimento, a circulação de capitais, bens, serviços e informações, atuando como substituto do Estado na promoção do desenvolvimento nas áreas rurais. Falcão (2006).

Na Região Sul, destacaram-se as articulações coletivas; os indivíduos buscaram, no coletivo, construir estratégias de sobrevivência em um “mundo estranho e em transformação”. O “sujeito coletivo” construído pelos imigrantes adquiriu um sentido social mais amplo, na medida em que transformou uma estratégia de sobrevivência (BAIOTO, 1998).

O cooperativismo na Região Sul deve ser entendido como um processo descontínuo, fundado na pluralidade de práticas sociais datadas e localizadas historicamente, alemães, italianos, e experiências cooperativas derivadas dos nossos grupos étnicos. A cooperação entre os imigrantes tinha um sentido de sobrevivência, pois, além das adversidades enfrentadas pelo desconhecimento da terra, também eram vítimas constantes de trapaças dos moradores da região.. (BAIOTO, 1998).

Do surgimento das primeiras federações de cooperativas, em 1952, e do desdobramento acentuado das cooperativas de produção (madeira e tritícolas, em 1956), percebe-se a complexidade do movimento, devido a emergência de empreendimentos tão diversificados quanto complementares (OCERGS, 2000).

A nova configuração da economia, marcada pelo cenário internacional do pós-guerra, concorre para uma política governamental de incentivo às cooperativas de produção ligadas ao setor rural (mais significativo economicamente), tornando-se cada vez mais dependentes das políticas do Estado. Este representaria o segundo momento da organização cooperativa, onde a principal foi a tutela do Estado e do controle, estando situado entre as décadas de 1940 e 1970.

Face às políticas do Governo Federal, concedendo isenções tributárias e facilitadoras de crédito, há o crescimento significativo de um movimento cooperativo passivo que reage apenas aos estímulos de um modelo econômico determinado pelo Estado. Ainda neste período, o cooperativismo deixa de ser um espaço plural e democrático para transformar-se num instrumento das políticas governamentais e de apoio ao modelo econômico agroexportador.

Por fim, o terceiro momento pode ser denominado de reafirmação de um espaço plural propício para iniciativas cooperativas e tem início na década de 80. Marcada pelas transformações tecnológicas da informática e da microeletrônica, concorre para que o contexto social deste período se caracterize por uma crescente interdependência nas relações mundiais, configurando uma profunda crise social, representada por índices crescentes de desemprego, miséria, desigualdades e exclusão social.

Segundo Rodrigues (2002), os anos 80/90 concorreram para um esforço de releitura do movimento cooperativista, onde a transformação das ações sociais é sinalizada na formação de redes, favorecendo um modo diferenciado de pensar a economia a partir da cooperação, tendo como destaque a importância da Educação Cooperativa como base dos princípios cooperativos.

Se até recentemente, final do séc. XX, o cooperativismo, enquanto sistema, proporcionava uma forma de organização da produção social pautada na circulação de capitais, bens, serviços e informações, hoje ele aparece como uma “alternativa” de pensar o econômico a partir de uma pluralidade de ações e possibilidades; pluralidade necessária nas sociedades contemporâneas, cujas bases se vêm confrontadas com os limites do modelo proposto pelo modo de produção, evidenciando uma crise institucional profunda do próprio modo de produção. (RODRIGUES, 2002).

Segundo dados da OCERGS (2004), o cooperativismo representa hoje no RS aproximadamente 20% da economia regional, sendo esta dividida entre Região Metropolitana e Interior.

2.2.6 Eficiência cooperativa

Na construção sobre os sentidos do cooperativismo, identificamos algumas correlações entre a dinâmica cooperativa em relação à proposta capitalista de produção; em algumas instâncias, totalmente diferenciadas como no caso do sentido do trabalho; em outras, com as mesmas necessidades, como exemplo a efetividade da gestão proporcionando resultados monetários para os sócios. A diferenciação quanto à gestão cooperativa está na tensão de atuar nas necessidades, tanto na dimensão social como na econômica, enquanto a gestão capitalista periodiza exclusivamente a dimensão econômica.

Segundo Schmidt e Perius (*apud* Cattani 2003), identificar a diferenciação entre as duas racionalidades, a cooperativa e a capitalista, como sendo totalmente contrárias e em oposição, nos coloca em uma contradição; pois a cooperativa atua social e economicamente junto ao sistema de produção capitalista, em alguns

momentos mantendo negócios comerciais, compra, venda, prestação de serviços junto a empreendimentos capitalistas. Nessa perspectiva, os autores consideram que:

A cooperativa é uma opção de organização econômica que convive e mantém negócios com a outra opção, a empresarial capitalista, pois estas empresas ora são clientes, ora são fornecedoras da cooperativa. A opção cooperativa não é excludente, mas uma alternativa disponível para organizar a economia dentro da liberdade que caracteriza a alternativa disponível para organizar a economia dentro da liberdade que caracteriza a sociedade (p.68).

No que tange ao sentido de eficiência, também identificamos correlações e distanciamentos entre as duas racionalidades, tanto na dimensão do termo como na compreensão dos limites dos impactos sociais e ambientais para proporcionar resultados de indicadores de eficiência. Em outras palavras, existem diferenciações no que tange aos meios e fins de ação sobre os resultados propostos pelas duas racionalidades.

Na proposta capitalista, o sentido de eficiência está diretamente relacionado ao custo-benefício. Segundo Gaiger (*apud* CATTANI 2003), dentro dos limites da proposta capitalista, o termo relaciona-se diretamente ao sentido custo- benefício, otimização de custos em prol da rentabilidade e porcentagens de lucros, independentemente dos custos sociais e ambientais. Ainda, segundo o autor, o sentido utilitarista representa a linha condutora da eficiência capitalista, em detrimento de qualquer custo social decorrente como custo de postos de trabalho ou qualidade de vida. Sobre a matéria, diz o autor que:

Das ações econômicas guiadas pelo preceito de rentabilidade máxima, resultam em boa medida as principais características negativas das economias capitalistas, tais como a produção sistêmica de desigualdades de recursos e de poder, a reiteração de formas de sociabilidade empobrecidas, baseadas no benefício pessoal em lugar da solidariedade, e a exploração crescente dos recursos naturais em nível global, ameaçando as condições físicas de vida na terra (Santos, 2002). Na acepção que recebe nesse contexto, a eficiência não resolve tais problemas, mas tende a agravá-los (GAIGER, *apud* CATTANI 2003, p.126).

Assim, é de se dizer que o autor considera que a proposta de eficiência necessita ser ampliada para além de uma compreensão utilitarista instrumental.

Propõe uma abordagem “*Sistêmica*” a fim de incorporar a perspectiva social e ambiental aos custos, à eficiência além da racionalidade capitalista, uma reavaliação do entorno dos custos não-monetários da produção, garantindo assim a continuidade dos recursos e a qualidade de vida humana. Gaiger (*apud* CATTANI 2003, p.127) sobre isso ressalta:

A eficiência consistirá, pois, na capacidade de gerar estes resultados por meio da oferta de bens e serviços com qualidade referida ao seu valor de uso mediante estratégias produtivas e procedimentos de controle que assegurem a perenidade de tais processos e a oferta permanente dos benefícios. Sob essa ótica, a eficiência pode ser assimilada ao conjunto de meios que, além da reprodução simples dos indivíduos, da sua vida biológica e social [...] promovam a reprodução ampliada da vida, isto é, um desenvolvimento durável e sustentável na qualidade de vida, além dos aspectos materiais.

No que tange ao sentido de eficiência, a partir da proposta de empreendimentos cooperativos, o desafio consiste em conciliar tanto a eficiência da dimensão econômica como a social. Gaiger (*apud* CATTANI 2003) refere-se ao êxito cooperativo como sendo associado ao caráter social incorporado pelos cooperados.

Conforme Schneider (2003), considerar somente o êxito econômico da cooperativa compromete seu sentido de existência, colocando em segundo plano todos os valores e princípios característicos do cooperativismo. O autor aponta para os riscos da gestão cooperativa focada somente em resultados econômicos, sendo um deles o esvaziamento da participação do associado, por não compreender-se responsável pelos caminhos trilhados pela cooperativa. Para Schneider, a instrumentalização econômica não é fim, mas meio de a cooperativa efetivar sua função social.

A fim de construir uma conexão entre a proposta de um empreendimento que se propõe a se referenciar como cooperativa e sua prática, retomo o questionamento anteriormente citado, referente ao que representaria um empreendimento que se propõe a ser cooperativo e se limita à dimensão da efetividade econômica. Destaco, neste sentido, as características relacionadas por Gaiger (1996), que teorizou a caracterização de um empreendimento solidário:

O conceito de empreendimento econômico solidário foi decomposto em oito características interdependentes, relativas à organização interna das experiências econômicas e as suas interações com o meio e a sociedade: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, viabilidade, responsabilidade social e desenvolvimento humano (p.139).

A adesão dos sócios cooperativos às características referidas bem como aos princípios e valores que norteiam a proposta cooperativa não se configura somente por sua adesão à proposta de associar-se. Para que isto ocorra, é necessário investimento em educação cooperativa, sendo este o canal de ligação entre a proposta cooperativa e sua dupla dimensão de efetividade.

2.3 EDUCAÇÃO COOPERATIVA SOLIDÁRIA

Neste capítulo o objetivo é identificar os sentidos da educação, sua relação com cooperativismo, bem como sua abrangência como base da proposta cooperativa; identificar suas peculiaridades, perspectivas e limites na construção de sentido aos princípios cooperativos. A intenção desta identificação é relacionar ou construir um paralelo comparativo entre os objetivos relacionados à proposta inicial e como se configura o resultado desta ação a partir da metodologia desenvolvida pelo SESCOOP/RS junto à cooperativa UNIMED/RS.

2.3.1 Os sentidos da educação

Como ação social, educação pode ter várias representações; historicamente identificamos um sentido de reprodução da cultura vigente. Sendo inicialmente uma forma de hierarquia social, torna-se, a partir da modernidade, uma necessidade de legitimação das “verdades” da sociedade capitalista, sendo a possibilidade de ampliar sua ação a partir de uma educação de massa. Por outro lado, esta argumentação sobre necessidade de se popularizar a educação transpassa o

discurso marxista, que via na educação do trabalhador uma possibilidade de ampliar sua auto-suficiência.

Gramsci (1982), entretanto, entendia a dupla função da educação: de um lado, representava fator principal na formação do “intelectual orgânico e coletivo”, essencial na luta pela hegemonia. Ao mesmo tempo, identificava que a reprodução da referida ideologia de mercado como exercendo um poder coercitivo que faz a legitimação da dominação através de vários meios entre eles a própria educação, quando voltada a este fim. Para o autor, o duplo sentido da educação representa um paradigma, pois, dependendo do sentido dado e da metodologia empregada, essa educação pode representar tanto a continuidade, legitimação, como reação contrária à hegemonia dos valores capitalistas.

Bourdieu (1975) considera a estrutura educacional como uma forma de reprodução da subordinação do indivíduo à lógica dos valores capitalistas, sendo a escola representação máxima desta reprodução. Para Rummert (apud Schneider 2003), a consideração sobre o sentido de educação a partir da lógica capitalista refere-se a um preparar o indivíduo, a fim de suprir as necessidades do mercado, sendo este voltado à tecnologia. A educação neste sentido representaria, ao mesmo tempo, uma forma de afinamento competitivo e a maior qualificação de uma mão-de-obra adequada aos meios de produção e desenvolvimento econômico.

Como resultado de um contexto social, o sentido de educação tem múltiplas representações na definição de Frantz citando Carlos Libaneo (2003), educação pode ser considerada como:

O conjunto das ações, processos, influência, estruturadas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (p. 68).

Ainda em Schneider (2003), as considerações acerca dos significados da educação, diz o autor:

Para compreender a relação entre educação e cooperação em seus desdobramentos práticos, em seus significados, deve-se olhar e perguntar

pelo seu uso social, pelos seus sentidos, por suas forças, seus movimentos, suas origens. Deve-se perguntar pelas intenções, interesses e necessidades de quem pratica a cooperação, de quem está envolvido no processo da educação. Deve-se compreender o sentido pedagógico dessas práticas, isto é, a direção que se dá ao processo educativo (p.68).

Independentemente dos paradigmas relacionados à função ou proposta de educação para a sociedade capitalista, continuidades e adequações, para o cooperativismo o sentido da educação, sua representação e objetivos têm um sentido claro: refere-se a uma condição substantiva que remete ao repensar o agir dentro da coletividade de um empreendimento voltado aos princípios e valores cooperativos. “Sendo este desafio proposto desde a origem do cooperativismo junto aos tecelões de Rochdale ou nas considerações de Bogardus (1964), educação cooperativa representaria “princípio de ação” ou “método de Rochdale” Schneider (2003),

2.3.2 A proposta de educação cooperativa

Compreendendo Educação Cooperativa como a centralidade do que se configura como cooperativa, Schneider (2003) destaca que, pelo estatuto do congresso da ACI de Paris, de 1934, este quinto elemento dos princípios cooperativos é reconhecido como parte desde a origem do cooperativismo com os pioneiros, que identificavam, neste princípio, a ponte entre a proposta cooperativa, princípios e valores e a formação da identidade cooperativa.

Para os pioneiros, já nos seus primeiros estatutos (1844,1845), demonstravam claramente a preocupação com a formação do cooperado através de uma educação voltada a potencializar uma adesão à doutrina cooperativa. Para os pioneiros, sem uma devida compreensão por parte do cooperado das regras que norteiam o sentido de ser da cooperativa, este não tem condições de voluntariamente aderir à proposta., esta preocupação com a formação do trabalhador em cooperativa representa um diferencial da proposta dos pioneiros.

Segundo Schneider (2007), Educação Cooperativa é considerada a “*regra de ouro*” da proposta cooperativa em decorrência de sua importância para a efetividade da proposta, e é a partir dela que se dá a possibilidade da compreensão dos outros princípios. Segundo o autor, foi a partir da realização do Congresso da ACI, realizado em 1995, que o termo “Educação Cooperativa” abrange um universo maior de ação voltada para a construção do trabalhador em cooperativa, indo além do sentido de conhecimentos gerais e de forma específica aspectos relacionados com o movimento cooperativo. Atualmente o princípio nos deixa bem claro que:

[...] a tarefa fundamental da educação cooperativa é difundir e colocar em prática os valores e os princípios cooperativos para que homens e mulheres integrados possam adaptar-se aos novos tempos e assumir objetivos futuros. Por ser a educação um processo que permanece por toda a vida, por ser de cunho social e cultural, também requer um alto grau de responsabilidade por parte de seus líderes. A estes cabe emitir um diagnóstico sobre suas deficiências e conquistas, bem como a consecução de objetivos e meios que consolidem um movimento cooperativo unitário (Muñoz, 1996). [...] Educação significa também conhecimento, para que um sócio ingresse em uma cooperativa que possui como característica a adesão voluntária. Faz-se necessário que conheça os valores e os princípios e regras que norteiam o movimento cooperativo e a empresa da qual as pessoas irão fazer parte. A ignorância em relação ao processo cooperativo com todas as suas expressões e ramificações, implica numa experiência amarga, correndo o risco de ser transmitida erroneamente a possíveis interessados e deixando de tal forma uma imagem negativa sobre a estrutura das cooperativas (SCHNEIDER, 2007, p.10).

Para Pinho (*apud* SCHNEIDER, 2003), Educação Cooperativa é entendida como “cláusula pétrea”. A autora relaciona o princípio à metáfora jurídica referente às leis que não podem sofrer alterações, por representarem as bases de sustentação de um conjunto de diretrizes legais. Relacionado com o cooperativismo, o autor destaca que:

Metaforicamente, pode-se afirmar que a educação dos associados, ou educação cooperativa, é importante, “cláusula pétrea” do sistema cooperativo internacional. Introduzida [...] em 1844, em Rochdale, vem resistindo às alterações introduzidas, tanto pelos próprios pioneiros, como posteriormente pela ACI, [...]. Realmente, essa regra estabelecida pela “Lei Primeira” do Cooperativismo, ou Estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, vem sendo mantida há mais de um século e meio [...] esse “princípio” tem sido valorizado pela ACI desde sua fundação em Londres, em 1895, para “continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale”. Assim a educação dos associados incluída entre os “princípios de identidade” do Cooperativismo mundial, continua mantida apesar das mudanças introduzidas (p.138).

A Educação Cooperativa representa o elemento que potencializa dois fatores essenciais de configuração de um empreendimento que se propõe a ser cooperativo. Primeiro, a diferenciação entre a gestão do empreendimento cooperativo e a continuidade da racionalidade exclusivamente instrumental, possibilitando assim referências de construção de um ambiente voltado à prática cooperativa. Segundo, a construção da identificação do cooperado com os princípios e valores cooperativos, representando o que Schneider (2003) denomina de a passagem do “comportamento do agente da cooperação”, atuando na forma de agir pró-ativo deste junto à cooperativa.

O autor destaca que a tarefa de educação cooperativa consiste também em compreender que, no contexto social com base capitalista, a tarefa de potencializar o “comportamento do agente da cooperação” necessita de uma ação continuada, sendo que a passagem de uma forma de atuar deste “agente”, dentro da lógica capitalista, para a lógica cooperativa não ocorre a partir de uma educação fragmentada ou bancária. Schneider (2007) destaca o sentido de educação bancária a partir do que afirma, a saber:

Paulo Freire preocupou-se em estudar a parte específica da educação dirigida aos adultos e classificou e criticou a educação dirigida aos adultos como educação bancária. Pois, para ele, este tipo de educação somente oferece informação ao homem, são realizados “depósitos” na sua mente, e estas os vai arquivando, impedindo-o de criar e inventar. Não existe transformação nem saber, apenas um acúmulo de informações (Freire 1987). Entendemos que a educação cooperativa deve basear-se não tanto na educação bancária, mas, sobretudo, deve saber despertar a criatividade e o protagonismo das pessoas (p.12).

A partir das considerações desenvolvidas, identifica-se que a proposta de Educação Cooperativa necessita ser compreendida a partir de suas peculiaridades em relação ao que se propõe. Compreende-se, assim, que, para sua efetivação, se faz necessário ir além da simplificação da reprodução de conteúdo, que há mais fatores a considerar, fatores relacionados a um agir pedagógico voltado à proposta cooperativa.

Albuquerque (2005) sobre o tema, aponta que este agir pedagógico voltado aos fins da cooperação representa um conjunto de ações que, segundo o autor,

concilia o contexto social a uma proposta que se configura como educação cidadã, pela compreensão de que, nos empreendimentos cooperativos, a construção de conhecimento necessita dar-se a partir de uma interação de saberes.

Para o autor, os valores cooperativos se configuram como uma proposta de uma “nova cultura” do trabalhador, além de uma ação de conveniências, é de se dizer que o atuar em cooperativa significa um ato político contrário à lógica de competição de mercado. Sendo assim, o projeto pedagógico cooperativo remete-se a um projeto político de construção cidadã por se configurar elemento de transformação, por onde o agir cooperativo, objetiva um processo de apropriação da gestão do empreendimento, tanto na dimensão econômica como ao ato democrático participativo das decisões. Para Albuquerque, uma proposta de educação voltada a estes fins necessita que se levem em consideração essencialmente dois fatores, quais sejam:

Multilateralidade: A proposta educativa necessita potencializar a autonomia do indivíduo dentro de parâmetros de responsabilidade social pela articulação de pressupostos humanizantes com questões tecnológicas. Democráticas: a proposta educativa necessita ser construída dentro de pressupostos democráticos que rompam com o autoritarismo docente e o autoritarismo burocrático [...] recuperando a prática solidária que favoreça uma análise centrada na realidade vivencial do cooperado e de sua prática (ALBUQUERQUE, 2005, p.129).

Para Schneider (2007), o ato de educação vai além da mera distribuição de conhecimento, tem a ver com comprometer a mente dos sócios a fim de se compreender a complexidade da proposta cooperativa. O autor cita Böök (1992) e sua representação do ato de educação voltada à cooperação, diz, em linhas gerais, que:

“Por educação, entendo o estabelecimento de um conhecimento sobre o entorno comunitário e um trabalho para animar aos membros comprometidos, aos empregados dedicados e aos dirigentes comprometidos” [...] acrescenta que o cooperativismo se apresenta como um projeto pedagógico genérico que demonstra o potencial humano de mobilização e responsabilidade (SCHNEIDER, 2007, p.11).

A construção de uma metodologia voltada a contemplar as prerrogativas do que se propõe como objetivo de uma Educação Cooperativa nos remete à

necessidade de se ampliar a discussão do fazer pedagógico, compreendendo este como um ato contínuo, contextual e em projeto contínuo.

Neste trabalho não há a pretensão de mapear as várias percepções de ação pedagógica voltada aos fins da educação cooperativa, mas, sim, identificá-la, como ponto de análise futura. De momento, limito-me a destacar os objetivos e representações da entidade que se propõe a desenvolver junto à cooperativa de uma proposta de Educação Cooperativa. Em outras palavras, identificar o que se espera como resultado de uma proposta metodológica que tenha como objetivo contemplar a proposta cooperativa.

Neste sentido, sobre formas de pensar pedagógico da Educação Cooperativa, limito-me à análise referente aos resultados da proposta metodológica de educação cooperativa do SESCOOP/RS junto à Cooperativa UNIMED/RS. Identifica-se a efetividade da proposta, perspectivas e limites na construção de uma identificação dos cooperados ao sentido de ser cooperado.

3 METODOLOGIA

Considerando a finalidade do presente estudo e os seus objetivos, foi desenvolvida uma abordagem qualitativa de cunho exploratório.

O desenvolvimento da pesquisa se efetivou por meio de um estudo de caso. De acordo com Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto. O autor destaca que estudo de caso pode ser definido como:

Um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação (p.146).

Estudo de caso: Conheceram-se a estrutura e o funcionamento do objeto de estudo, de maneira a determinar o foco de investigação.

Para Yin (2001), a investigação com base no estudo de caso possibilita um recorte epistemológico que potencializa uma perspectiva, uma vez que o micro tende a se desenvolver com referência a um contexto maior. –

Quanto aos meios utilizados para este estudo de caso utilizo ferramentas de pesquisa como:

Pesquisa bibliográfica: a pesquisa foi desenvolvida a partir do material já elaborado, constituído em livros e revistas a fim de desenvolver uma delimitação epistemológica do objeto.

Pesquisa telematizada: Buscaram-se informações via meios eletrônicos, como Internet.

Técnica de entrevista: com um questionário preestabelecido, servindo como ferramenta de apoio, que procura deixar o entrevistado à vontade para expressar suas idéias.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: COLETA DE DADOS E ANÁLISE DE DADOS

A escolha da cooperativa refere-se à sua representação no cenário nacional como cooperativa modelo de efetividade econômica e que, ao mesmo tempo, tenha acompanhamento periódico junto ao SESCOOP. As entrevistas foram feitas a partir de encaminhamento eletrônico, após prévio contato pessoal com a coordenação da entidade no estado. Com este contato e a explicação sobre a natureza da pesquisa, consegui o suporte técnico necessário para acessar a rede de contatos eletrônicos dos cooperados e encaminhar as entrevistas. O formato do envio da entrevista por meio eletrônico foi escolhida pela agilidade deste recurso, sendo que o objetivo era de captar informações diretas sobre os conhecimentos e percepções dos cooperados sobre a cooperativa e sua dinâmica.

Para coletar os dados, foi utilizado questionário aberto com dois grupos de associados da UNIMED/RS, um com mais de dez anos de cooperativa, tendo participado de cursos pelo SESCOOP, e outro grupo com menos de dois anos como cooperado, também com participação nos cursos do SESCOOP, sendo um total de vinte cooperados que responderam o questionário em tempo hábil com a qualidade de respostas necessárias (respostas completas de todos os itens) para análise e classificação. Do material recebido, optou-se por analisar em profundidade quatro entrevistas, as que se mostravam mais completas e representativas quanto aos objetivos propostos para análise.

O limite de atuação nos cursos refere-se até o ano de 2006; este universo representa médicos com atuação no RS, mais especificamente na Região Metropolitana de Porto Alegre. Cada grupo foi composto por dois entrevistados.

1º Grupo representando um universo de cooperados que estão na cooperativa há mais tempo - são denominados como entrevistados A e B.

2º Grupo representa cooperados associados há menos de dois anos - são denominados como entrevistados C e D.

Tais entrevistas foram apoiadas nos objetivos dessa pesquisa e procuraram recompor percepção de cada grupo sobre o que vem a ser trabalho na cooperativa.

No que se refere à entidade SESCOOP., a pesquisa foi restringida a análise documental sobre a proposta de ação da entidade, bem como se configura a relação entre esta e o trabalho junto à cooperativa estudada. Descartou-se a proposta de entrevista junto aos membros da equipe, pois estes, por se tratarem de cargos de confiança, após as eleições, em sua maioria, não representavam a mesma equipe do início da pesquisa e, conseqüentemente, não representariam o acompanhamento dos cursos desenvolvidos.

Também foi utilizada como fonte de coleta de dados a pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado, desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público tanto da cooperativa estudada como do SESCOOP.

A análise dos dados foi realizada através do método de análise de conteúdos; sendo assim, trabalhou-se no sentido de buscar classificar frases ou mesmo parágrafos em categorias de conteúdo. Foram analisados os questionários, e posteriormente transcritos, sendo que se estabeleceu uma ligação, uma relação com a fundamentação teórica desenvolvida.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 SOBRE O UNIVERSO PESQUISADO

4.1.1 A cooperativa UNIMED

Segundo Duarte (2001), a primeira cooperativa UNIMED surge como consequência da organização de dirigentes do sindicato da classe, em Santos, São Paulo, como uma reação ao surgimento das primeiras empresas de medicina de grupo criadas por advogados, empresários ou grupos de médicos não-vinculados ao movimento da categoria. Criadas em 1977, inicialmente era um total de 60 espalhadas pelo Brasil. Segundo o autor, até 2001 era um total de 367 cooperativas locais no País, que operam em mais de 80% dos municípios, contando com 41% dos médicos existentes para atender a 7% da população. Na Região Sul, o grau de adesão dos médicos passa de 70%, sendo o maior entre todos os Estados.

O modelo de cooperativa de saúde como a UNIMED tem como principal característica de organização a padronização de habilidades: os profissionais, altamente especializados, são treinados e doutrinados por instituições formadoras externas ao ambiente da organização, como no caso do SESCOOP, que tem nesta cooperativa uma de suas principais áreas de ação. Além das instituições de ensino, a sua conduta é regulada pelos de órgãos de classe. Isso possibilita a reflexão de algumas considerações a respeito do que vem a configurar esta cooperativa:

A) A UNIMED é uma empresa cooperativa com modelo organizacional específico e diferenciado em relação às empresas clínicas da área privada. A combinação de características desses dois modelos de organização coloca a

UNIMED em uma representação peculiar. Segundo Akamine (1997), a principal meta da cooperativa refere-se à otimização das possibilidades de ocupação do mercado de trabalho e do fugir da submissão salarial a empresas médicas, adotando o discurso do exercício liberal, ético e socialmente comprometido da profissão.

B) Como cooperativa, a UNIMED negocia em nome dos profissionais contratos de prestação de serviço, tendo como clientes pessoas jurídicas ou físicas. Apresenta como missão:

O objetivo de agregar profissionais médicos para defesa do exercício liberal, ético e qualitativo de sua profissão, com adequadas condições de trabalho e remuneração justa, além de propiciar, à maior parcela possível da população, um serviço médico de boa qualidade, personalizado e a custo compatível (UNIMED, 1994, p. 45).

C) Como referência de sua efetividade econômica, a cooperativa constitui outras estruturas relacionadas à cooperativa principal, destinadas a prestar serviços complementares à atividade-fim da cooperativa médica, reunindo diferentes entidades jurídicas interligadas. O Complexo Multicooperativo e Empresarial UNIMED é definido por Akamine (1997, p. 99) A reunião, numa instituição de caráter virtual, de três tipos diferentes de cooperativas [...] ,juntamente com instituições não-cooperativas, tanto com espírito não-lucrativo, como outras com objetivos de lucro.

Segundo Akamine (1997), fazem parte do Complexo Multicooperativo e Empresarial UNIMED as seguintes entidades:

- O sistema UNICRED - cooperativas de economia e crédito mútuo.
- O sistema USIMED – cooperativas de consumo.
- A UNIMED Administração e Serviços;
- O sistema empresarial de instituições não-cooperativistas como uma Seguradora, a Corretora de Seguros;
- Fundação Centro de Estudos UNIMED.
- UNIMED Sistemas.
- A UNIMED Produtos e Serviços Hospitalares.

- A UNIMED Tecnologia, Comércio, Indústria e Serviços Ltda. (UNINTEL).
- A estrutura do Complexo Multicooperativo Empresarial UNIMED também é composta por organização de cooperativas de diferentes graus.

D) As cooperativas que comercializam planos de saúde são compostas por médicos cooperados responsáveis pelo atendimento aos usuários em consultórios particulares próprios ou em hospitais, laboratórios e clínicas credenciadas. Em geral, operam em regime de pré-pagamento, ou, eventualmente, de pagamento por custo operacional. Não há alternativa para o sistema de livre escolha com reembolso.

E) A Cooperativa de Trabalho Médico UNIMED corresponde, no mercado de saúde, praticamente à totalidade deste segmento. Segundo Akamine (1997), referente à cooperativa, destaca que:

As empresas de medicina de grupo e as cooperativas detêm mais de 70% do mercado, sendo que as primeiras possuem em torno de 18 milhões de clientes, e a UNIMED, 11 milhões. Os planos de autogestão atendem oito milhões de clientes, e as seguradoras, cinco milhões. Num ranking que considere as empresas isoladas, as cooperativas da UNIMED ocupam o primeiro lugar em termos de mercado, detendo uma parte significativamente maior que a das demais concorrentes (p.56).

F) A organização UNIMED representa-se de forma singular, apresentando ao mesmo tempo médicos simultaneamente sócios e prestadores de serviços e funcionários das cooperativas, como auditores ou plantonistas de hospitais próprios, sendo em sua maioria, cooperados, recebendo pagamento proporcional à sua atuação. A produção médica do cooperado é calculada em termos de unidade de trabalho.

G) As decisões são deliberadas a partir de Assembléia Geral – instância decisória máxima – e nos colegiados eleitos: Conselho Fiscal – colegiado curador fiscal, Conselho Administrativo e Diretoria Executiva, sendo estes últimos órgãos executores. Nesse aspecto, também, a estrutura cooperativa potencializa os elementos definidores da organização profissional: deliberações das diretorias executivas. Os médicos, além de controlar seu próprio trabalho, utilizam-se do sistema decisório existente para controlar as decisões que os afetam, interferindo de forma significativa nos rumos tomados pela organização.

H) A descrição do complexo cooperativo UNIMED e o histórico de sua constituição permitem caracterizar a organização como uma cooperativa com alto fator de efetividade econômica, sendo a divisão dos ganhos segundo a produção um fator bastante atrativo para a categoria médica.

I) Segundo Akamine (1997), a proposta da cooperativa, no que tange ao investimento em educação cooperativa para os cooperados, denota parceria com o SESCOOP de cursos de formação organizados em oito módulos:

Módulo I - Introdução à história do cooperativismo, valores e princípios

Módulo II - Conhecimento sobre planos de saúde e mercado de saúde.

Módulo III - Procedimento do cooperado.

Módulo IV - Análise da legislação dos planos de Saúde pública.

Módulo V - Gestão financeira.

Módulo VI - Síntese das diretrizes da cooperativa.

Módulo VII - Sistema de organização dos consultórios.

Módulo VIII - *Marketing* e modelo de qualidade de serviços, normas de atendimento.

O autor destaca que os cursos são divididos de acordo com a demanda, sendo em média de oito horas cada, e sendo algumas obrigatórias aos novos cooperados; no entanto ainda, segundo o autor, discute-se a efetividade da proposta, já que não há instrumentos de mensuração.

4.1.2 A entidade SESCOOP e a metodologia do Programa Educação Cooperativa

Com a proposta de representar o desenvolvimento das cooperativas no âmbito da formação, capacitação e educação cooperativa, foi criado junto à OCB um setor responsável pelo desenvolvimento do setor destinado a atuar no desenvolvimento da Educação Cooperativa Solidária. O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP - surgiu com o objetivo de organizar, administrar e executar em todo o País o ensino de formação profissional,

desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativas e dos cooperados para todos os ramos de atividade (OCERGS, 2000).

Segundo OCERGS (2001), SESCOOP é uma instituição paraestatal sem fins lucrativos, integrante do Sistema "S" (Serviços) e vinculada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); é uma entidade com natureza jurídica própria, intermediária entre o público e o privado, surgida em 1997, durante o XI Congresso Brasileiro do Cooperativismo, com a intenção, de junto com o Governo Federal, criar-se o sistema "S" do Cooperativismo, ou seja, implantar um Serviço Social Autônomo, ligado ao Sistema Cooperativo Brasileiro, sendo que a fonte dos recursos é recolhida das próprias cooperativas que destinam o valor da contribuição de 2,5% sobre a folha de salários (OCERGS, 2001).

O serviço foi criado pela justificativa de o Sistema Cooperativo Brasileiro não contar com uma estrutura capaz de promover a cultura cooperativista e treinar profissionais de forma sistemática e independente do Estado.

Assim é que o artigo 174 da Constituição Federal de 1988, em seu segundo parágrafo, fixa a responsabilidade do Estado em apoiar e estimular o Cooperativismo, com base nesse dispositivo e no entendimento de que o ensino e a capacitação profissional é hoje o instrumento estratégico, por excelência, para vencer os desafios da sociedade contemporânea, portanto para garantir o desenvolvimento da economia cooperativa (SESCOOP, 2005)

Segundo Polônio (*apud* Schneider 2005), o SESCOOP representa-se como um instrumento de gestão das sociedades cooperativas, permitindo acelerar os investimentos para o aperfeiçoamento de todo o processo administrativo e operacional, essenciais ao desafio da competitividade. Um dos desafios da entidade é o de proporcionar as condições necessárias ao monitoramento da gestão das empresas cooperativas acompanhadas.

De acordo com o que consta no Guia Cooperativismo Orientações Básicas, de 2001, do Rio Grande do Sul, o SESCOOP é implantado em outubro de 1999, não distante do foco de atuação da entidade nacional. No Estado a entidade atua conjuntamente com a OCERGS, atuando no sentido de ação, na formação

cooperativa a partir da referida Educação Cooperativa Solidária. Para este fim a entidade contrata empresas de consultoria especializadas nas áreas de gestão cooperativa ou a fins para implementar cursos de formação de acordo com a necessidades das cooperativas acompanhadas.

O foco de ação da entidade pauta-se por:

a) Fortalecer e integrar as cooperativas do RS, bem como sua rede de colaboradores dentro dos princípios cooperativos, legislação, voltada a uma gestão cooperativa que potencialize a efetividade cooperativa.

b) Desenvolver capacitação de agentes multiplicadores da Doutrina Cooperativa.

c) Desenvolver monitoramento de programas e projetos que atendam às necessidades das cooperativas e sua gestão.

Segundo Pinho (1982), o principal foco de ação do que se configuram ações metodológicas educacionais, formais e regulares do SESCOOP estadual da entidade, refere-se a um conjunto de ações tais como: organização de encontros, seminários, desenvolvimento de palestras, visitas técnicas, além de cursos de formação em áreas técnicas, (administração, gestão, conselheiros fiscais, etc.). Entre estes cursos, encontramos o de educação cooperativa voltada à introdução dos princípios cooperativos e à história do cooperativismo.

Os cursos são direcionados às necessidades das cooperativas vinculadas ao sistema OCB. A base de carga horária é de aproximadamente 40h, com entrega de material didático e palestras ou *Workshops*. Os profissionais que atuam nestes cursos são, em sua maioria, terceirizados, contratados de acordo com a demanda; o material didático utilizado é fornecido pela entidade, desde revista em quadrinho contendo histórias de uma comunidade cooperativa até manuais de contabilidade e administração.

4.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A consideração dos resultados da pesquisa se dá no sentido de discutir os conjuntos de respostas partindo da representação de cada grupo destacado na tabela de respostas, o conjunto de respostas previamente delimitadas de acordo com o foco das questões.

TABELA DE RESPOSTAS

COOPERADO	RESPOSTAS ÀS QUESTÕES
PERGUNTA -1	- Quais as experiências de trabalho antes de associar-se à cooperativa? Relate suas experiências profissionais anteriores ao ingresso na cooperativa.
A	- Plantão em hospitais públicos
B	- Trabalhava junto à clínica da família.
C	- Só fiz residência junto a hospital particular
D	- Era enfermeira em hospital e postos de saúde no Interior.
PERGUNTA 2	- Por que buscou o trabalho de forma cooperativa? Qual o significado da cooperativa para você?
A	- Foi uma forma de crescimento profissional; para mim representa uma maior autonomia de trabalho. Optei para ter movimento em consultório. Parece-me um tipo mais justo de trabalho, visto que não há intermediários entre os médicos e o paciente.
B	- Tenho parentes há anos na cooperativa; só faltava eu. Significa crescimento profissional.
C	- Hoje ela representa a maior empresa do setor.
D	- Acho interessante a idéia de cooperativa; vim do Interior, e lá a família atuava em cooperativa agrícola, era diferente e era menor. Mas na real, para mim, a cooperativa aqui representa crescimento profissional. Para mim, a cooperativa é a possibilidade união dos médicos contra a exploração da medicina de grupo.
PERGUNTA -3	- Qual a sua participação nas decisões, dando opiniões, idéias? Quando e onde isso ocorre?
A	- No início, participava mais, mas hoje estou meio afastada. Participava das reuniões e nas assembléias.
B	- Nunca me interessei; sei que é falha minha, afinal somos sócios, sei que tem as assembléias, mas tenho muito trabalho.
C	- Já fui convidado, mas sempre falta tempo, mas sei que tem os encontros.
D	- Participo às vezes nas assembléias, mas vejo que tem grupos que têm mais tempo de casa e que decidem melhor, com mais embasamento.
PERGUNTA -4	No seu modo de ver, existem os donos da cooperativa? Para você qual pessoa mais importante da cooperativa?
A	- Sei que os donos somos nós, os sócios ou cooperados, mas os que têm especialidades mais avançadas e mais tempo de casa têm mais voz ativa.
B	- Por ser sócio, sei que posso ter atuação nas decisões, mas tem a diretoria e a subintendência, que são os que se dedicam e têm mais conhecimento.
C	- Acho que os que estão há mais tempo têm mais autoridade e cargos de diretoria. Sei que os mais importantes são todos os cooperados... mas existe uma hierarquia de especialidades.
D	- Na situação de sócios, sou dona da cooperativa, mas hierarquicamente há primeiro os sócios antigos e a diretoria. Mas como todos nós pagamos as cotas-partes para nos associar (e não foi pouco, trabalhei muito para conseguir), somos todos importantes para cooperativa.
PERGUNTA 5	- Sobre o curso de Educação Cooperativa do SESCOOP. quais os pontos

	que mais lhe interessaram sobre o sentido de cooperativa e cooperado?
A	- Já faz muito tempo que fiz um curso junto à entidade sobre introdução cooperativa; depois foram cursos específicos sobre gestão... Mas entendo que o sentido do cooperativismo é o trabalho junto, mais autonomia.
B	- Quando fiz o curso, tive que faltar alguns dias a trabalho, mas o que participei achei interessante, mas fiquei na dúvida se é possível a nossa cooperativa funcionar naqueles moldes; achei um tanto quanto utópico.
C	- Gostei do curso; acho que o ideal seria se funcionasse assim. A parte que me chamou atenção foi a iniciativa dos primeiros a criar a cooperativa, os pioneiros.
D	- Alguma coisa já conhecia, mas são realidades diferentes, cada cooperativa tem sua história diferente das outras, o interessante é o lado humano da idéia.
PERGUNTA -6	- Como se dá a distribuição das sobras? Você concorda com os critérios de distribuição?
A	- Como atuamos independentemente e recebemos também por atendimento, o que fica do plano para a cooperativa, acho que são reinvestidas as sobras, pelo menos é o que está em nosso Estatuto, mas admito que não vou atrás das informações.
B	- Recebemos periodicamente planilhas, resultados das contas, e resultados acho que poucos os lêem. Não participei das últimas assembleias, e por isto também não posso opinar a respeito.
C	- Realmente não tenho idéia de como isto funciona.
D	- Não tenho me apegado a detalhes da gestão, mas acho que é reinvestido.
PERGUNTA -7	- Você acha importante ter cursos sobre Educação Cooperativa? E as quantidades de vezes são adequadas?
A	- Sim, deveria ter mais cursos não só quando nos associamos, pelo menos um por ano. Em especial para se repensar a ação da própria cooperativa.
B	- Tenho dúvidas se adianta muito, pois a maioria como eu não vai, porque trabalha direto.
C	- Acharia interessante, mas não sei se poderia participar em função do tempo.
D	- No Interior tem, mas cursos nesta área são focados em questões técnicas. No nosso caso, os cursos que participei dentro da cooperativa também eram muito técnicos sobre gestão, e não me interessei.
PERGUNTA -8	- O que você conhece do cooperativismo como Doutrina, princípios? Achas que encontram na sua cooperativa estes princípios?
A	- Até conheço um pouco, mas porque fui atrás, mas acho que a UNIMED, como cooperativa, somente se configura em parte.
B	- Admito que não tenho muito conhecimento do tema .
C	- Lembro vagamente porque participei de curso de introdução a cooperativismo no meio do ano passado, e acho que, em parte, até tem pontos a ver com a nossa cooperativa.
D	-
PERGUNTA 9	- Em sua opinião, existe uma participação da cooperativa junto à comunidade? Como ela ocorre?
A	- A um tempo atrás até acompanhei alguns trabalhos em comunidades carentes, mas hoje não sei se existe alguma coisa; acredito que sim.
B	- Sei que tem, mas não acompanhei nada.
C	- Não sei.
D	- Acho que tem algo na área de responsabilidade social.
PERGUNTA 10	- Você percebe diferenças ao comparar o trabalho em uma empresa tradicional com o trabalho em uma cooperativa?
A	- Na cooperativa somos meio "donos" do negócio; o lucro fica com o trabalhador e é reinvestido no próprio trabalho, não tem intermediário.
B	- Sim, em especial no que se refere à questão de hierarquias, e o lado humano aqui é mais trabalhado. De uma maneira geral, todos se tratam bem, não tem aquela coisa de o dono achar isto ou aquilo como é em clínica particular onde

C	trabalho também.
D	- Temos mais autonomia de trabalho; na particular temos que nos adequar ao modo de trabalho dos donos e do tipo de paciente.
PERGUNTA11 -	- Independente do seu caso, você acredita no cooperativismo como alternativa de geração de trabalho e renda? Por quê?
A	- Não, pois tenho visto casos lamentáveis de cooperativismo ou falso cooperativismo, onde o trabalhador é explorado. Na verdade a palavra cooperativa é usada para angariar vantagens fiscais.
B	- Não acompanho muito outras formas de cooperativa, mas acho que é uma forma interessante de trabalho.
C	- Conheço outra cooperativa na área de limpeza na outra clínica que trabalho, e me parece que é só fachada para não ter vínculo com o funcionário.
D	- No caso da minha experiência no Interior, acho que lá funciona melhor, pois tem o elemento vizinhança; a maior parte se conhece fora, mas na cidade tenho dúvidas.
PERGUNTA12 -	- Você tem outro trabalho fora da cooperativa?
A	- Sim, como funcionária pública em dois hospitais municipais.
B	- Atuo em clínica da família.
C	- Por enquanto só aqui, mas estou atrás de clínica particular e concurso.
D	- Trabalho em postos de saúde no Interior.

De acordo com a ordem das respostas, nota-se que ambos os grupos de entrevistados identificam a cooperativa exclusivamente como forma de geração de trabalho e renda, como forma de ascensão social. Esta perspectiva reflete-se no conjunto de respostas 1 e 2. Em comparativo com as respostas, saliento o que a entrevistada “D”, ao comparar a forma cooperativa do Interior (área rural), afirma sua diferenciação de sentidos à área urbana.

Neste sentido, Schneider (2007) destaca que a integração cooperativa nas áreas rurais é mais intensa, havendo uma maior identificação dos cooperados com a cooperativa. Diferente das áreas urbanas, onde, segundo o autor, a adesão à proposta cooperativa é mais vulnerável. Sobre o tema ensina o autor:

No contexto rural e nas pequenas comunidades urbanas do interior, as interações são naturalmente mais intensas, e por isso com mais efetivos controles sociais recíprocos entre as pessoas que se conhecem, são vizinhos, compadres, mantém entre eles uma relação mais holística, no ambiente das grandes metrópoles, predominam as interações mais fragmentadas (p.15).

Pelas falas descritas, destaca-se a importância da efetividade econômica que a inserção junto à cooperativa representa para profissionais da área médica. Esta representação remete à consideração do motivo principal do trabalhador de atuar em cooperação, ou seja, fatores relacionados a estratégias de inserção no mercado de trabalho, além de vantagem competitiva. Esta identificação não se distancia do que motivou também os pioneiros, ou seja, um diferencial de trabalho em relação à mercantilização do trabalhador.

Referente à questão três e quatro, ambas tinham por intenção identificar o grau de identificação dos cooperados quanto à sua participação junto à cooperativa, e assim como a questão número seis e nove, que se detinham à compreensão de um fator técnico, no caso, as sobras, e quanto à ação junto à comunidade. A intenção remete-se a identificar, no discurso do entrevistado, seu grau de interesse pelos temas básicos da gestão cooperativa. Verificou-se, na compreensão do primeiro grupo, o sentido de desânimo, uma memória quanto à participação que perdeu significado de agir de forma participativa nas decisões da cooperativa. Para o segundo grupo, a falta de interesse e identificação com o agir cooperativo ou uma ação participativa. No entanto, pela fala de ambos, os canais de participação existem, porém não configuram espaços democráticos de debate.

A análise desta situação nos remete a questionar quais os motivos desta falta de interesse dos cooperados em participar das decisões de um empreendimento que, de acordo com as falas descritas na questão quatro, eles se compreendem como sócios. Para Schneider (2003), a participação ativa dos cooperados é, antes de um direito, um dever do cooperado. No entanto, o autor destaca as considerações que fornecem pistas acerca de fatores que podem contribuir para esta situação, diz ele:

O crescimento da cooperativa e de suas complexidades tende a aumentar o distanciamento entre o sócio e a cooperativa[...] o sócio sente-se isolado, sem ter o saber para participar[...] as tradições culturais[...] a cooperativa não é mais a única atividade do cotidiano do sócio (SCHNEIDER, 2003, p.47).

Pelas dimensões já destacadas da cooperativa estudada, fica explícito que o fator de complexidade do empreendimento é notório, e a representação de

conhecimento desta complexidade pode, em contrapartida à sua efetividade econômica, afastar o cooperado da participação.

As considerações do autor também se justificam pela resposta da questão número doze, em que todos os entrevistados confirmam ter outra atividade além da exercida junto à cooperativa. A situação de desânimo em relação à participação dos sócios mais antigos também pode ser relacionada com a própria história da cooperativa, pois, como já foi referido, essa surge como uma reação da classe de trabalhadores em saúde ao monopólio das clínicas particulares e à relação mercenária entre médico e paciente.

Sendo assim, entende-se que os primeiros cooperados foram imbuídos da onda cooperativa do contexto de criação destas e dos ideais contidos na proposta. No entanto, com o aumento da instrumentalização técnica e burocrática decorrente do gigantismo do Complexo Empresarial UNIMED, já citado, o distanciamento do cooperado pode ter representado uma contrapartida à efetividade econômica.

No conjunto de respostas das questões cinco, sete e oito, no que se refere à compreensão do que vêm a ser princípios cooperativos, partindo de uma proposta de ação metodológica de cursos do SESCOOP, destaca-se, primeiramente:

A falta de continuidade do curso desenvolvido sobre princípios cooperativos, este se limitando ao ingresso do cooperado no empreendimento.

O curso oferecido é obrigatório aos novos cooperados, limita-se a temas de iniciação cooperativa de aproximadamente dez horas, incluindo, no conjunto de temas sobre procedimentos, gestão e temas relacionados à saúde.

Fica claro que esta referida formação representa apenas um apêndice dentro de um conjunto de temas relacionados à gestão do empreendimento.

A consequência desta metodologia reflete-se no distanciamento do cooperado das questões cotidianas da cooperativa e uma carência de compreensão de significado e identificação destas articuladas com a proposta dos princípios e valores cooperativos.

Mesmo que compreendam alguns temas sobre a proposta do curso, há um distanciamento desta compreensão da realidade vivida por eles junto ao empreendimento.

Identifica-se, a partir da pesquisa e análise dos discursos dos entrevistados, que o caráter técnico do conjunto de ações do SESCOOP, junto ao empreendimento, limita-se à capacitação do cooperado. A referida metodologia de Educação Cooperativa Solidária desenvolvida pela entidade, segundo as análises desenvolvidas, refere-se, na íntegra, a uma capacitação e um treinamento técnico.

Novamente destaco a fala da entrevistada “D”, que, de acordo com o que já foi referido, compreendia uma diferenciação entre o sentido cooperativo na capital e no Interior. Esta perspectiva é compreendida através de sua fala na questão número cinco, e também, através de sua fala, se destaca o sentido técnico dos cursos do SESCOOP tanto na cooperativa do Interior como na cidade.

Na análise destes dados acima descritos, identificamos o paradigma destacado por Freire (1987) quanto à educação bancária, que se limita ao repasse de conteúdo, sem identificação com uma continuidade. Neste sentido, destaca-se que, como já foi discutido anteriormente, por Educação Cooperativa entende-se uma ação continuada. Sendo que, pelo que já foi descrito, fica claro que a proposta de formação em Educação Cooperativa do SESCOOP, junto à cooperativa referida, limita-se a cursos de introdução a cooperativismo, e, de acordo com o que foi relatado nas entrevistas, e já descrito, limitou-se a um módulo introdutório como fator secundário, junto com uma formação técnica de gestão.

Schneider (2003) destaca que compreender a ignorância dos cooperados sobre os princípios cooperativos, quando estes integram a cooperativa, é relevante; afinal o fazer-se cooperado requer uma educação voltada para este fim. No entanto, não é compreensível que este continue na ignorância após persistir na cooperativa, e, em destaque, questiona-se a efetividade desta ação metodológica, uma vez que não representa transformação do cooperado.

Ao analisarmos a fala dos entrevistados nas questões dez e onze, encontramos pistas importantes referente à compreensão dos entrevistados sobre sua representação quanto aos sentidos do cooperativismo. Quando perguntados sobre a diferenciação do trabalhar em uma cooperativa e em um empreendimento não-cooperativo, seja este estatal ou privado, as respostas foram claras quanto às vantagens que identificaram na cooperativa, em contrapartida à mercantilização do seu trabalho, em uma empresa privada e, no caso, a intermediação paciente e médico.

No entanto, quando perguntados quanto à credibilidade desta ação como forma de organização de trabalho, relatam não acreditar ou desconhecimento sobre outras formas de cooperativa.

Nas considerações de Benato (*apud* SCHNEIDER, 2007), esta configuração se dá, porque o motivo do sócio cooperado de estar na cooperativa é exclusivamente o de agregar vantagem econômica, não tendo este qualquer envolvimento com a proposta que pauta o cooperativismo. E, ainda, nas considerações de Schneider (2007), a transmissão errônea e parcial da proposta cooperativa tem conseqüências danosas para o cooperativismo, pois, ao mesmo tempo em que não representa significado de adesão aos valores e princípios por parte dos cooperados, também representa uma imagem negativa sobre a estrutura proposta pelo cooperativismo.

Questiona-se, assim, a complexidade dos fatores decorrentes das considerações desenvolvidas a respeito do sentido cooperativo, tendo em vista que não nos remete a uma compreensão sobre uma identificação dos cooperados de ser de uma cooperativa, que, de acordo com a compreensão das perspectivas dos entrevistados, a dimensão econômica representa a única forma de identificação destes com a proposta cooperativa.

4.2.1 Considerações referentes aos questionamentos iniciais

As conclusões e questionamentos que se desenvolve, partindo da análise das repostas, vêm ao encontro dos questionamentos iniciais, motivadores da pesquisa,

no sentido de que a análise das respostas revela os paradigmas da metodologia proposta de Educação Cooperativa Solidária desenvolvida pelo SESCOOP, junto à cooperativa pesquisada. A análise das conclusões nos remete ao conjunto de considerações que justificaram esta pesquisa, que serão apresentadas em tópicos explicativos:

a) Questiona-se que os limites da proposta metodológica de Educação Cooperativa, a partir do modelo pedagógico do SESCOOP, durante a gestão estudada no que tange à atuação junto aos cooperados pesquisados, não representa um fator motivador do desenvolvimento de uma identificação dos cooperados com os princípios cooperativos, nem tampouco como um processo de socialização de cunho emancipatório. Pelo que se identificou na unanimidade das entrevistas, o foco dos cursos de formação limita-se à gestão operacional e repasse de treinamento, sem comprometer-se com mecanismos de acompanhamento e mensuração de resultados quanto à construção de um ambiente de gestão autogestionário democrático.

b) Pelo que se identificou quanto ao paradigma cooperativo do desafio, que a prática cooperativa tem em permanecer fiel à identidade cooperativa, independentemente da instrumentalização necessária à sua efetivação como empreendimento econômico, identifica-se que este paradigma é pouco relacionado às necessidades desta em permanecer competitiva no mercado. Se, em um primeiro momento, o objetivo da construção da cooperativa foi de representar uma contrapartida às clínicas particulares, atualmente esta sim, representa-se como referência de monopólio no mercado médico. E a intenção de construir um ambiente voltado para a proposta cooperativa denota-se, atualmente, como privilégio de poucos profissionais da área, que, após a estabilidade, conseguem ingressar no quadro social da cooperativa. Sendo assim, o paradigma emergente refere-se à cooperativa como Complexo Cooperativo Empresarial.

c) A Educação Cooperativa Solidária, entendida como base e pilar da formação de organização de uma cooperativa, tem como prerrogativa a construção de ambientes voltados aos valores e princípios norteadores do cooperativismo; no entanto, como reputado do acompanhamento metodológico do modelo de Educação

Cooperativa do SESCOOP, a reação parece configurar no sentido contrário, sendo que, pelos relatos dos entrevistados mais antigos, o processo de distanciamento do cooperado constitui-se de uma prática atual.

d) Compreende-se a importância da formação em gestão cooperativa no que tange à parte técnica administrativa; no entanto, a falta de compreensão mínima dos entrevistados e o total distanciamento destes a uma identificação dos princípios básicos do ser cooperado nos remete a alguns questionamentos sobre o que representa este empreendimento, além de uma forma de estratégia individual de atuar coletivamente, a fim de se tornar competitivo no mercado de saúde. O registro legal, como cooperativa, limita-se a uma configuração legal, já que a dimensão social da cooperativa, como representação junto aos associados, não vai além da dimensão econômica.

e) A forma como se configura a referida formação de “introdução em cooperativismo” desenvolvida pelo SESCOOP não demonstrou representar uma mudança na percepção deste junto à cooperativa; a falta de continuidade, a ausência de ferramentas de avaliação de resultados, desta formação junto à cooperativa acompanhada, demonstra os limites com o comprometimento com o que vem a se propor como Educação Cooperativa Solidária. Schneider (2003) aponta para o risco de um precário investimento em educação cooperativa de esta tornar-se “letra morta” junto aos cooperados, pela falta de identificação destes com os princípios e valores propostos. Para o autor, este tipo de configuração mostra que o empreendimento alcançou a efetividade econômica; no entanto, carece de uma efetividade social.

f) Através da pesquisa, identificam-se os investimentos da cooperativa UNIMED/RS e do SESCOOP/RS em tempo e recursos no que denominam como “Educação Cooperativa Solidária”, tanto no que tange à pesquisa como material didático e formação. No entanto, pelo que se configura nos resultados de análise, há uma falta de conexão entre a teoria e os resultados junto ao principal alvo de todo este investimento, ou seja, a formação em Educação Cooperativa do trabalhador cooperado bem como seus resultados propostos.

g) A falta de conexão pode representar uma falta de compreensão dos reais objetivos da proposta de Educação Cooperativa desenvolvida pelos pioneiros, trabalhada de forma rica em pesquisas acadêmicas e encontrada em experiências de outras cooperativas, em especial cooperativas menores. Assim sendo, há necessidade de um redirecionamento de pesquisa e procedimento sobre a metodologia desenvolvida. No entanto, se a dificuldade não for esta, o que se configura é um desvirtuamento da proposta de Educação Cooperativa no que tange aos significados de sua efetividade.

Compreendendo a dupla condição da gestão cooperativa como uma proposta de empreendimento que envolve um caráter econômico e social, sendo sua efetividade pautada por esta duplicidade; contudo, o que se conclui pelos resultados do trabalho de pesquisa, é que o desenvolvimento de cooperativas no RS pode não representar, da mesma forma, o desenvolvimento da proposta dos princípios e valores cooperativos. Destaca-se neste sentido a diferenciação entre crescimento da efetividade econômica e o número de cooperativas registradas, sendo que esta configuração, não representa da mesma forma, uma efetividade social do cooperativismo. Há mais fatores a se considerar sobre o desenvolvimento do cooperativismo no Estado do RS do que o registro legal e participação em indicadores econômicos. Para Schneider, a instrumentalização econômica não é fim, mas meio de a cooperativa efetivar sua função social, além de comprometer seu sentido de existência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a proposta deste trabalho, que se propôs a investigar as perspectivas e limites da Educação Cooperativa Solidária, fez-se um recorte epistemológico dos resultados da proposta metodológica de Educação Cooperativa Solidária desenvolvida pelo SESCOOP/RS. Para este fim, avaliou-se necessário ainda um recorte mais aprofundado dos resultados desta intervenção no corpo social de uma cooperativa. Partiu-se então para um estudo de caso de uma cooperativa que representa um dos casos de destaque em efetividade econômica que teve acompanhamento e intervenção do SESCOOP. Desenvolveu-se, neste sentido, um conjunto de entrevistas com os associados da maior cooperativa na área da saúde do país e do RS - o complexo cooperativo empresarial UNIMED.

Com base nos questionamentos iniciais referentes à efetividade do programa de educação do SESCOOP/RS, em desenvolver uma intervenção metodológica que propicie uma adesão do corpo social da cooperativa, de acordo com os princípios e valores cooperativos, buscou-se verificar se esta intervenção limita-se em potencializar a dimensão de efetividade econômica do empreendimento ou é mais extensiva. Assim, partindo do pressuposto que organização cooperativa tem suas peculiaridades de representação, norteando-se por uma dupla dimensão de efetividade, infere-se a efetividade econômica, que tem como sentido o desenvolvimento dos associados e ao mesmo tempo por uma efetividade social; tendo em sua origem, correntes de movimentos político-sociais, na promoção de uma representação diferenciada para o sentido de trabalho e, para além dos limites dos sentidos do trabalho da proposta capitalista.

Segundo Schneider (2003), na sua origem, a proposta cooperativa dos pioneiros de Rochdale em 1844, era de um gradual controle dos meios de produção e serviços, com base em uma forma diferenciada de organização, onde o foco não fosse exclusivamente o capital e conseqüentemente a mercantilização do trabalho; mas, sim, o sentido do trabalho como desenvolvimento de espaços democráticos e participativos de emancipação social. No entanto, segundo Schneider (2003), os pioneiros não previam normas rígidas e dogmáticas à proposta cooperativa, cujas referências têm aspectos dinâmicos que se diversificam segundo as características sociais, culturais e econômicas de cada região, sendo esta flexibilidade um dos motivos que tem mantido a proposta cooperativa adequada as necessidades contemporâneas. Mesmos assim, sobre o tema, destaca Schneider (2003, p.441), quando diz:

Na medida em que evoluíam as circunstâncias econômicas ou legais, souberam adequar suas cooperativas e os próprios princípios à nova realidade, mas sempre ressaltavam a essência do modelo que haviam implantado. [...] A essência do modelo, que os estudiosos e cooperativistas depois identificariam como “valores” ou “idéias inspiradoras” do cooperativismo, permanece até hoje. Os princípios ou as normas podem adequar-se à realidade culturais, econômica e social de casa país [...] como também a realidade de cada época, assumindo formas diferentes de aplicação. Porém a essência da cooperação proposta pelo modelo de Rochdale deve permanecer a mesma, sobe pena de descaracterizar-se como cooperativa, expressa nos valores.

Mesmo sendo uma proposta aberta e flexível, a proposta cooperativa necessita de um sentido de representação que a diferencie do modelo capitalista de trabalho que tem uma caracterização própria, não só de representação legal, mas também uma representação junto ao seu corpo social. Neste sentido entra a Educação Cooperativa como uma forma de potencializar aspectos de representação e significado de adesão do cooperado aos princípios e valores cooperativos. No entanto, identificou-se nos resultados das entrevistas e as considerações subseqüentes um distanciamento da proposta de sentido de estar associado a uma cooperativa, bem como, a falta de compreensão dos sentidos e valores cooperativos ou conhecimento dos princípios que regem a proposta.

Se na dimensão econômica a cooperativa estudada demonstra ter alcançado uma efetividade econômica em proporcionar a seus associados um desenvolvimento

econômico e profissional, no entanto, referente a dimensão social, considera-se sobretudo o que ficou a margem desta efetividade.

Neste sentido avalia-se que o trabalho desenvolvido pela entidade SESCOOP/RS junto à cooperativa estudada teve êxito parcial, pois se limitou, a partir do que demonstrou as falas dos grupos entrevistados, ao desenvolvimento da efetividade econômica. Esta referência remete a analisar a forma da organização dos cursos desenvolvidos pela entidade no que tange a educação cooperativa, princípios e valores. Apesar do vasto material de divulgação, identificou-se que estes seguem um direcionamento de introdução ao cooperativismo onde junto com a história do cooperativismo abordam-se princípios e valores. Não verificou-se uma proposta do trabalho da entidade no sentido de educação continuada e com maior aprofundamento sobre estes princípios, mas sim um trabalho continuado no que tange às questões de gestão, contabilidade, administração e aspectos legais e de suporte para o movimento cooperativo.

Como já foi abordado no corpo do trabalho o sentido de educação cooperativa está em representar uma forma de ampliar o entendimento do corpo social da cooperativa a aplicação das práticas e princípios cooperativos, a fim de diferenciar da proposta capitalista e legitimar o movimento cooperativo como representativo das múltiplas formas de organização social do trabalho. Para este fim se legitima a ação do SESCOOP, no entanto, o que se avalia do trabalho desta entidade durante o período estudado é uma tensão entre sua proposta e sua ação. Schneider (2003) já considera esta tensão sobre o trabalho desenvolvido pelo programa pedagógico da entidade, destacando que os aspectos doutrinários e humanísticos eram abreviados em detrimento dos aspectos “técnicos” da educação cooperativa. Sendo assim considera-se que a entidade, segundo o autor, tem delegado a um segundo plano os sentidos sociais da proposta cooperativa.

Desenvolvem-se assim as conclusões finais desta pesquisa a partir de quatro eixos que convertem para um questionamento sobre os paradoxos contemporâneos da proposta cooperativa bem como os desafios da nova gestão da entidade quanto os resultados do trabalho desenvolvido.

1) Com base nos resultados obtidos com as pesquisas identifica-se um distanciamento entre a função latente que legitima a ação da entidade e a função manifesta do resultado da intervenção desta junto à cooperativa estudada. Sendo a dimensão econômica da cooperativa mais desenvolvida que a sua dimensão social. Avalia-se, assim, a importância de mensurar a efetividades e o alcance dos resultados da proposta do programa de Educação Cooperativa Solidária desenvolvido pelo programa de treinamento do SESCOOP como forma de estabelecer as perspectivas de um processo de ressignificação do sentido do trabalho, junto aos trabalhadores da cooperativa estudada.

2) O desenvolvimento do cooperativismo, no sentido de representação econômica e legal e como forma de geração de trabalho e renda, tem demonstrado crescimento em vários setores. No entanto, o questionamento emergente que se destaca aqui, está em, até que ponto este desenvolvimento também representa a ampliação da cultura cooperativa, ou, se, adaptou-se ao contexto capitalista de uma forma que tem dificuldade em diferenciar-se, dele. Se considerarmos os desafios que o cooperativismo enfrentou desde a sua origem, pode-se considerar, de acordo com os dados levantados, que o desenvolvimento econômico tem vindo numa crescente. No entanto, considera-se que o desafio contemporâneo do movimento seja pensar as perspectivas do desenvolvimento cooperativo com uma proposta diferenciada da lógica de mercado quanto à representação do sentido do trabalho para o corpo social deste empreendimento, como se configura a gestão deste conhecimento.

3) Os riscos de se avaliar que o sentido de cooperativa tenha realmente se distanciado de sua proposta latente, remete a questionar até que ponto a organização em cooperativa estaria indo ao encontro de algumas necessidades do mercado tais como: flexibilidade trabalhista, de vínculo empregatício, responsabilidade legal sobre o trabalhador e seus direitos, flexibilidade de serviços e vantagens legais, tornando assim a cooperativa legalmente mais competitiva do que uma empresa formal. A consideração emergente a esta constatação é de que: há mais elementos a levar em conta no que se entende por desenvolvimento cooperativo do que unicamente aspectos legais e índices econômicos.

4) Acredita-se que diante das considerações levantadas, torna-se claro a necessidade de questionar os sentidos dados aos índices de desenvolvimento econômico e de representação do cooperativismo no mercado, assim como, aos desafios do sentido da intervenção metodológica e educacional da entidade SESCOOP, no que tange sua representação em potencializar o desenvolvimento da proposta cooperativa na sua totalidade. A ampliação da ação da entidade com base nos índices de desenvolvimento econômico do cooperativismo pode estar refletindo parcialmente o que tem representado o aumento numérico de cooperativas, não representando necessariamente a ampliação da cultura proposta. Podem estar ausentes dos dados estatísticos questões de ordem mais subjetivas, de sentido e de representação do fazer parte do corpo social de uma cooperativa, bem como, as várias formas de mascarar, na forma legal de cooperativa formas mais próximas de precarização das relações de trabalho do que necessariamente ambientes democráticos livres e de desenvolvimento humanístico e solidário.

Partindo das motivações deste trabalho, de contribuir nas discussões referentes aos rumos da educação cooperativa e, conseqüentemente, do cooperativismo contemporâneo, considera-se que se faz urgente e necessário ampliar as perspectivas sobre a análise dos dados referentes ao crescimento cooperativo em relação aos significados do movimento; bem como, o trabalho das entidades representativas deste movimento em relação aos resultados que tem gerado.

Acredita-se que o movimento cooperativo a partir da Educação Cooperativa Solidária tem como potencialidade a representação de legitimar outras formas de organização e sentido de trabalho, além dos determinismos do mercado e da mercantilização do trabalho e do sujeito. No entanto, avalia-se que as bases dos princípios que configuram o que se propõe ser uma organização cooperativa, necessitam de um investimento mais amplo em educação cooperativa continuada, uma gestão do conhecimento cooperativo adequado aos novos desafios contemporâneos desta experiência

Neste sentido, considera-se que as perspectivas de investimento nos vários modelos de cursos destinados a formação voltada ao cooperativismo, tais como: os

cursos de graduação e pós-graduação, bem como, os programas de treinamento em cooperativismo, necessitam de um aprofundamento quanto ao enfoque que tais cursos têm destinado aos valores e princípios cooperativos e o que tem reproduzido como significação para os cooperados. A questão emergente é, se a ampliação de entidades e cursos destinados a esta área de estudo, tem possibilitado como perspectiva, contribuir para o crescimento da cultura cooperativa solidaria de conhecimentos competências e habilidades voltadas a cultura cooperativa ou estaria limitando esta perspectiva a uma formação destinada a dimensão de efetividade econômica da organização cooperativa, e, assim, reduzindo-a mera adaptação às necessidades do mercado. Tais problemáticas podem configurar uma continuidade desta pesquisa, um aprofundamento nas experiências destinadas a Educação Cooperativa, identificando as múltiplas potencialidades de estudo nas tecnologias sociais, incubadoras sociais, as ações de nucleação de grandes cooperativas além dos programas de desenvolvimento e pesquisa voltados a este fim, inclusive a continuidades e transformações da nova gestão da entidade SESCOO/RS Considera-se que as potencialidades e as perspectivas das experiências em Educação Cooperativa são múltiplas, no que tange a desenvolver conhecimentos competências e habilidades voltadas a outras racionalidades além das de mercado. No entanto também são múltiplos os, desafios e limites destas perspectivas sendo justificável a constante investigação de suas praticas no sentido de se construir referências epistemológicas aos processos educacionais destinados a ampliação da cultura cooperativa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Reflexões sobre contemporaneidade, educação e agir cooperativo. In SCHNEIDER, José O. (org.). *Educação Cooperativa e suas Práticas*. São Leopoldo: SESCOOP, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6.ed. São Paulo: Bom Tempo editora, 2003.

AKAMINE, O. *UNIMED 30 anos*. São Paulo: Cartaz Editorial, 1997.

ARRUDA, Marcos. *Educação para que trabalho, trabalho para que ser humano?* Reflexões sobre educação e trabalho, sua significação e seu futuro. Niterói: UFF, 2001. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense, 2001.

BAIOTO, Daniel. *Santa Cruz do Sul*. Capital do Fumo. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

BAIOTO, Rafael. *São Miguel das Missões*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

BOGARDUS, Emory. S. *Princípios y problemas del cooperativismo*. México: Libreiros Mexicanos unidos, 1964.

BOGO, Vicente Joaquim. *Seminário: o cooperativismo gaúcho*. Porto Alegre, OCERGS, agosto de 2001. Palestra.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Claude Jean. *A reprodução*. 12.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves editora, 1975.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antonio D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação 14^o ed. São Paulo,SP: Cultrix Pensamentos Editora 1995

DEMO, Pedro, *Solidariedade como efeito de poder*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

DUARTE, Cristina Maria. Organizações Médicas. *Saúde Pública*, Rio de Janeiro, julho, 2001.

DURKHEIM, Emile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução por Carlos Alberto Ribeiro de Moura e outros. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DUSSAULT, G. A gestão dos serviços públicos de saúde: Características e exigências. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 1992.

FALCÃO, Jairo. *Fronteiras entre o individual e o coletivo*. Trabalho, cultura e cooperação no RS. Porto Alegre: Razão Bureau Editorial, 2006.

FISCHER, Maria Clara B. Notas sobre saberes da experiência e a constituição de empreendimentos econômicos solidários. *Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas*, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, 2003.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 9.ed. São Paulo: Martins Fontes editora, 1990.

FOLLMANN, José Ivo. *Identidade como conceito sociológico em Ciências Sociais*. São Leopoldo: UNISINOS, 2001. (v. 37, n.158).

FREIRE, Paulo, *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 26.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e crise do capitalismo: uma alternativa democrática ao neoconservadorismo na educação*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GAIGER, Luiz I. G. et al. A economia solidária no RS: Viabilidades e perspectivas. *Cadernos CEDOPE*, São Leopoldo: UNISINOS, a.10, n.15, 1999.

_____, Luiz Inácio Germany. Org. *Formas de combate e resistência à pobreza*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Editora civilização Brasileira, 1982.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em Descontrole. O que a globalização está fazendo de nós*. São Paulo: Record, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

LAMBERT, Paul. *La doutrina cooperativa*. Buenos Aires: Intercoop. 1970.

MAFFESOLI, Michel. Manifesto da pós-modernidade incorporar a barbarie In: SCHULER, Fernando; SILVA, Juremir M. da. (orgs). *Metamorfoses da cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MANCINI, Euclides A. *Redes de colaboração*. Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, Karl. Da Manufatura à fábrica automática. In: GORS, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. Tradução por Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. O Espírito do Tempo. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1984.

NAMORADO, Rui. *Os Princípios Cooperativos*. Coimbra: Cooperativa Editorial de Coimbra, 1995.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. *Cooperativismo: Guia Prático*. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.

OLIVEIRA, Terezinha Cleide. *O desenvolvimento das cooperativas de trabalho no Brasil*. Brasília: 1984.

PINHO, Diva Benevides. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1982.

QUEIROZ, Carlos Alberto Ramos Soares de. *Manual da cooperativa de serviços e trabalho*. São Paulo: STS, 1996.

RODRIGUES, Roberto. Educação cooperativa *Revista SEBRAE*, volume 23, n139, p.34-48, mês junho. 2002.

RUMMERT, Sonia M. *Educação e identidade dos trabalhadores*. As concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver*. Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Civilização Brasileira: 2000.

SCHILLING, Voltaire. *As grandes correntes do pensamento*. 2.ed. Porto Alegre: EGE, 1999.

SCHMIDT, Derli. *Cooperativismo e cooperativa*. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SCHNEIDER, José O. (org.). *Educação cooperativa e suas práticas*. São Leopoldo: SESCOOP, 2003.

_____. *Democracia, participação e autonomia cooperativa*. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2003 (Reimprssão)

_____. *Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação*. São Leopoldo: UNISINOS, 2007. (texto digitado).

SINGER, Paul. *Introdução a economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *Economia solidária*. Possibilidades e desafios. Proposta, Rio de Janeiro: FASE, 2001.

_____. *A economia solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

TESCH, Walter. *Cooperativismo de trabalho: Alternativa ao desemprego*. São Paulo: Laser Press, 1995.

VEIGA, Sandra; FONSECA, Isaque. *Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VERGARA, Sylvia C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1998.

VERONESE, Marília Veíssimo. *Psicologia Social e Economia Solidária*. Aparecida, São Paulo: Letras, 2008.

VIOLA, Solon E. A. Globalização, condição do trabalho e direitos sociais. *Revista do Programa Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas*, UNISINOS, 2003.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Sites Consultados:

www.unimed.com.br – UNIMED

www.sescoop.org.br – SESCOOP Banco de dados – dezembro 2005.

www.ocb.org.br – OCB: Banco de Dados – março/2000 e abril/2001 – Brasília/DF.

www.sescergs.com.br – OCERGS: Banco de Dados – abril/2001 – Porto Alegre/RS

ANEXO

MODELO DE QUESTIONÁRIO UTILIZADO

Roteiro da entrevista que foi realizada com os associados das cooperativas em estudo.

1) Dados do entrevistado:

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: () 25 a 37 anos () mais de 38 anos

Estado Civil: () Solteiro () Casado () Viúvo () Outros

Nº de Filhos: () Nenhum () Um () Dois () Três () Quatro ou mais

Moradia: () Própria () Com os pais () Aluguel () Outros

Tempo de Associação:

() mais de 8 anos () de 5 a 7 anos () de 2 a 4 anos () menos de 1 ano

2) Quais as experiências de trabalho antes de associar-se à cooperativa? Relate suas experiências profissionais anteriores ao ingresso na cooperativa.

3) Por que buscou o trabalho de forma cooperativa? Qual o significado da cooperativa para você?

4) Qual a sua participação nas decisões, dando opiniões, idéias? Quando e onde isso ocorre?

5) No seu modo de ver, existem os donos da cooperativa? Para você qual é a pessoa mais importante da cooperativa?

6) Sobre o curso de Educação Cooperativa do SESCOOP. quais os pontos que mais lhe interessaram sobre o sentido de cooperativa e cooperado?

7) Como se dá a distribuição das sobras? Você concorda com os critérios de distribuição?

8) Você acha importante ter cursos sobre Educação Cooperativa? E as quantidades de vezes são adequadas?

9) O que você conhece do cooperativismo como Doutrina, princípios? Acha que encontra na a sua cooperativa estes princípios ?

10) Em sua opinião existe uma participação da cooperativa junto à comunidade? Como ela ocorre?

11) Você percebe diferenças ao comparar o trabalho em uma empresa tradicional com o trabalho em uma cooperativa?

12) Independente do seu caso, você acredita no cooperativismo como

alternativa de geração de trabalho e renda? Por quê?

13) A respeito de cooperativismo, como você analisa em relação ao mercado de trabalho?